



Nova Carta apóia ciência

Com um capítulo dedicado à Ciência e Tecnologia, a Constituição paulista, aprovada em outubro, cria um Conselho para o setor e duplica as verbas para a Fapesp.

Págs. 4 e 5

A liberdade absoluta do pensamento

Pesquisador da cultura alemã, especialista na obra de Rosa Luxemburg, Gilbert Badia rema contra a corrente da história tradicional.

Pág. 10



Universidade publica clássico do século XVIII

Rompendo com um ineditismo de 238 anos, a Editora UNESP lança o primeiro dos 17 volumes da *Encyclopédie*, de Diderot (ilustração) e D'Alembert.

Pág. 16



Vestibulares: cresce procura por vagas

Número de inscritos aumenta 18,6%, confirmando o prestígio da Universidade entre os vestibulandos.

Pág. 6

De olho nos caprichos de São Pedro

Projeto inédito no país, o Centro Integrado de Informações Meteorológicas (CIIAGRO) prevê o tempo e orienta agricultores.

Pág. 12

Exame de ordem: a polêmica continua

Para a diretora da Faculdade de Medicina de Botucatu, Dinah de Almeida, o exame de ordem é insuficiente e simplista.

Págs. 8 e 9



Luiz Carlos Murauskas

BANQUETE DE AGROTÓXICOS

Pioneiro na descoberta de batatas contaminadas por mercúrio, no interior do Estado, o professor Igor Vassiliev alerta para os inúmeros perigos que chegam à mesa dos brasileiros. Pág. 7

Pelicano



unesp

Universidade Estadual Paulista
Reitoria: Praça da Sé, 108 — CEP 01001 — São Paulo, SP.
Campus Universitários: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Franca, Guaratingueta, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo.

Autarquia Vinculada: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (Faculdade de Tecnologia — FATEC — de Americana, Baixada Santista, São Paulo e Sorocaba).

Outras Unidades: Instituto de Física Teórica (São Paulo) e Instituto de Pesquisas Meteorológicas (Bauru).

CONSELHO UNIVERSITÁRIO
Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Vice-reitor e pró-reitor de Administração e Desenvolvimento: Arthur Roquete de Macedo

Pró-reitor de Graduação: Antônio Cesar Perri de Carvalho

Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Antônio Manoel dos Santos Silva

Pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários: Carlos Ruggiero

Diretores das Unidades Universitárias: Acyr Lima de Castro, Antenor Araújo, Antônio Espada Filho, Antônio Carlos Massabni, Antônio Queice Salgado, Bruno Mancini, Carminda da Cruz Landim, Cecílio Linder, César Piedade Júnior, Dinah Borges de Almeida, Flávio Abranches Pinheiro, Irineu Bicudo, Irineu de Moura, Jayme Wanderley Gasparoto, Joji Ariki, José Enio Casalecchi, José Ribeiro Júnior, Márcio Rubens Graf Kuchembuck, Marcos Alegre, Nelson de Araújo, Nelson Múrcia, Sérgio Nereu Pagano, Tatsuko Sakima e Telmo Correia Arrais.

Representante das Unidades Complementares: Newton Castagnoli.

Representantes Docentes: Antônio Carlos Silveira, Antônio Celso Wagner Zanin, Arleta Nóbrega Z.M. de Campos, Carlos Alberto Penatti, Cristo Bladimiro Melios, Eurípedes Alves da Silva, João Alberto de Oliveira, José Aluysio Reis de Andrade, Kleber Pinto Silva, Luiz Carlos Donadio, Luiz Roberto Trovati, Maria Amélia Máximo de Araújo, Mário Balistieri Sobrinho, Myrian Xavier Fragoso, Nariaqui Cavaguti, Odair Correa Bueno, Odeibler Santo Guiduglu, Olga Ceciliato Mattioli, Paulo Eduardo de Toledo Salgado, Reinaldo Ayer de Oliveira, Sebastião Hetem, Sheila Zambello de Pinho, Teresa Maria Malatian e Welington Dinelli.

Representantes Técnico-administrativos: Adauto José da Silva, Antônio Sérgio Britto, Daltro Brandão, Edmilson de Nola Sá, Gessé Gerardi, João Cardoso da Silva, José Eduardo S. Candeias, José Munhoz Fernandes, Luiz Gonçalves Rodrigues, Maria José Manoel e Maria José R. Martins.

FIESP: Horácio Lafer Piva

FAPESP: Nelson de Jesus Parada

Jornal da UNESP

Editor responsável: José Roberto Ferreira (MT 17.039)

Editor: Paulo Velloso

Redação: André Louzas e Denise Pellegrini Montes

Editor de Arte: Celso Pupo

Produção: José Luiz Redini

Tiragem: 19.000 exemplares
Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Imprensa. A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.

Endereço: Rua do Carmo, 44, 5º andar (CEP 01019) São Paulo, SP. Telefones: 32-7755 e 32-7757.

Composição, Fitolito e Impressão: Cia. Editora Jorruês.

Constituição Estadual e Educação

A Constituição do Estado de São Paulo, promulgada no início do mês de outubro, contemplou de forma satisfatória a educação, a ciência e a tecnologia, tanto no que diz respeito à garantia dos recursos necessários ao desenvolvimento da pesquisa e à oferta do ensino de todos os níveis, quanto no que se refere à proposição das medidas necessárias à efetiva democratização do ensino público.

No capítulo reservado à Ciência e Tecnologia, é explicitamente confiada ao Estado a responsabilidade de promover e incentivar, em caráter prioritário, o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica, em consonância com as diretrizes de uma política que tem como objetivos prioritários, entre outros, o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos e entidades responsáveis pela pesquisa científica e tecnológica e a garantia de acesso da população aos benefícios do desenvolvimento científico e tecnológico. Tal diretriz traduziu-se concretamente na duplicação do percentual da receita do Estado reservado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. A FAPESP passa, assim, a contar com 1% da receita tributária do Estado, como "renda de sua privativa administração" para aplicação em desenvolvimento científico e tecnológico, fato que evidencia a possibilidade de as universidades estaduais contarem com significativa ampliação de recursos para o desenvolvimento de suas atividades de pesquisa.

No relativo à Educação e Cultura, superando o limite de 25% fixado no artigo 212 da Constituição federal, a Carta paulista determina a aplicação de, no mínimo, 30% da receita resultante de impostos, incluídos os provenientes de transferências, exclusivamente na manutenção e desenvolvimento do ensino público. Assim, a eventual assistência financeira às instituições de ensino filantrópico, comunitárias ou confessionais deverá acrescentar-se aos 30% da renda tributária destinados às escolas públicas.

Mas não se visa apenas à expansão da rede pública de ensino, a qual incluirá outros estabelecimentos além das universidades, no nível superior. A preocupação com a efetiva democratização de ensino evidencia-se nas proposições que se destinam a promover o acesso de todos, independentemente da idade ou das condições de vida, aos diferentes níveis do ensino. Para tanto, as universidades públicas estaduais, respeitadas as condições para a manutenção da qualidade do ensino e da pesquisa, deverão manter cursos noturnos que, no conjunto, correspondam a um terço, pelo menos, do total das vagas que oferecem. Dei-



Mariza Dias Costa

xando de lado, por ora, o exame da controversa questão da constitucionalidade desse dispositivo e tendo em vista a autonomia universitária, consagrada pela Constituição federal, no mérito, é imperioso admitir que a democratização do ensino superior gratuito e de melhor qualidade pressupõe a criação de condições que permitam seu acesso àqueles que trabalham. A UNESP, inclusive, vem perseguindo esse objetivo já há algum tempo e não está muito distante do parâmetro fixado no texto constitucional. Assim, para 1990, mais de 26% das vagas do concurso vestibular destinam-se aos candidatos a cursos noturnos.

Finalmente, é reafirmada na Carta paulista, em seu artigo 254, a autonomia universitária, tanto na utilização dos recursos como na escolha de seus dirigentes, apontando ao mesmo tempo que a lei criará formas de participação da sociedade, por meio de instâncias públicas externas à universidade, para a avaliação do seu desempenho. Este é um tópico de fundamental importância para a UNESP, pois ela, como qualquer universidade, somente terá real autonomia se conseguir prestígio junto à sociedade que a mantém, e isso só será possível se demonstrar competência.

Mais candidatos, maiores expectativas

A soma total de inscrições para o próximo vestibular da UNESP revelou alguns números cuja expressividade merece algumas considerações. Ao todo, foram 38.378 candidatos que acorreram aos postos da Unesp, 5.939 a mais do que no último concurso — ou seja, um crescimento de 18,6 por cento no número de inscritos. Se se comparar a relação candidatos interessados/vagas disponíveis, no entanto, o crescimento é de 37 por cento: enquanto no vestibular realizado em janeiro último a média — considerando a Universidade em seu conjunto — era de 6,63 candidatos para cada vaga (32.364 candidatos/4.875 vagas), no de janeiro próximo essa média será de 9,12 candidatos disputando uma vaga (38.378/4.208).

Se, de um lado, esse formidável crescimento é motivo de júbilo, de outro, serve como importante e positivo alerta sobre cuidados a serem tomados.

Na primeira situação, o envaidecimento é perfeitamente cabível, pois não há dúvidas de que o crescimento do interesse dos vestibulandos pela UNESP é um dos resultados do trabalho que se vem fazendo nessa Universidade nos últimos anos. Endireitar seus defeitos, enfa-

tizar suas virtudes e realçar sua importância no cenário acadêmico paulista e brasileiro foram os grandes desafios aos quais a UNESP se lançou num passado ainda recente e deles já vem colhendo os resultados correspondentes. Numa palavra, pode-se afirmar que começa a se consolidar a transformação daquilo que inicialmente fora uma simples e confusa reunião de instituições isoladas em uma verdadeira e, como tal, reconhecida universidade. A nova fase da UNESP já é notoriamente conhecida nos meios em que ela, de uma ou de outra forma, se faz presente.

Nessa mesma direção, mais ampla, de reafirmar a UNESP como uma instituição séria e competente, é que caminham algumas iniciativas restritas ao vestibular mas que demonstram o espírito novo e empreendedor de que essa Universidade está agora imbuída. Ao se dedicar à leitura do nosso Guia do Vestibulando, por exemplo, o aluno interessado em cursar o ensino superior vê, ali, de fato, uma universidade. Ao mesmo tempo, o professor que se dedica a visitas a cursinhos e escolas de segundo grau para esclarecer aos estudantes pré-vestibulandos sobre esse ou aquele curso também não sente mais como integrante de uma

instituição isolada — a sua própria unidade — mas sim de um universo mais amplo — a Universidade. Esses aspectos certamente colaboram para que cresça o interesse pela UNESP.

Na segunda situação, há um fator importante e que deve, desde já, ser levado em conta. Considerando, de um lado, a excelência do sistema universitário público paulista, e, de outro, o valor que a sociedade moderna atribui ao diploma de nível superior, fica claro que o aumento de candidatos no vestibular significa, inequivocadamente, que um número cada vez maior de jovens acredita que a UNESP é a instituição ideal para prepará-los para o futuro. Mais candidatos quer dizer, portanto, maiores expectativas quanto à capacidade da instituição universitária em formar profissionais competentes e moldar cidadãos conscientes de seu papel social e de seu valor individual.

Tal qual uma vitória justa e duramente alcançada, o aumento expressivo de candidatos ao ingresso na UNESP é, neste momento, um fato a ser comemorado; daqui para frente, é um dado para ser permanentemente considerado.

Educação: vários artigos asseguram avanços

O principal deles é o que estabelece 30% do orçamento do Estado para o ensino



Já está em vigor a nova Constituição estadual. Exatamente um ano depois da feitura da Constituição federal e no prazo que foi dado aos deputados estaduais para realizarem o trabalho — dia 5 de outubro — ela foi promulgada. A nova Carta é um conjunto de leis composto por 355 artigos, 40 a mais do que a federal e extremamente detalhista. Apesar do pouco tempo em que foi feita — sessenta dias — e de certo “conservadorismo” em sua elaboração, a nova Constituição estadual não é considerada “retrograda” e tem recebido elogios. Entre as dez legendas que têm representação na Assembleia Legislativa, os elogios convergem para estes pontos específicos: Poder Legislativo, Meio Ambiente, Saúde e Educação.

Na discussão específica e acirrada sobre Educação, que dividiu os defensores dos setores público e privado, os primeiros levaram a melhor: conseguiram impedir a redução do orçamento estadual destinado ao ensino gratuito. Havia muitas propostas favoráveis ao financiamento de instituições privadas. A partir de agora, então, enquanto a Constituição federal define 25% da arrecadação de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, a Constituição estadual (artigo 258) estabelece que o Estado deve destinar 30% da sua arrecadação de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino público. E mais: o repasse de verbas para as escolas privadas não pode incidir sobre esses 30% e ainda precisa de lei complementar para regular a sua destinação, mesmo para as instituições de caráter filantrópico.

O PT tentou, ainda, aprovar uma emenda que restringia o uso desses 30% apenas para manutenção e desenvolvimento do ensino e exigia que os gastos com merenda escolar, saúde das crianças ou transportes ficassem por conta de outras verbas. Não passou. Assim como também não foi aprovada outra proposta polêmica do Partido dos Trabalhadores — a que garantia aos professores, pais e alunos o direito de indicar os membros do Conselho Estadual de Educação. A composição do órgão continua sendo atribuição exclusiva do governador do Estado.

Na contrapartida, o Estado tem, desde a promulgação da Constituição estadual, mais uma obrigação com o povo: publicar trimestralmente informações completas do que arrecadou e do que gastou com Educação. Com isso, a população poderá acompanhar mais de perto, e durante o próprio curso da execução orçamentária, a destinação das verbas da Educação.

Entre os raros artigos de consenso parlamentar, figura este que trata do

acesso do trabalhador ao ensino superior: as universidades públicas têm um prazo de dois anos para criar um sistema que destine um terço de suas vagas aos cursos noturnos para atender à demanda de jovens trabalhadores.

Outra conquista: a extensão do ensino superior para as regiões mais populosas de São Paulo. Com a nova Carta, o Estado tem três anos para aumentar ou criar vagas em regiões como o ABC — onde não há sequer uma vaga de ensino público de terceiro grau — seja pela via de descentralização de campus seja cons-

truindo novos.

A criação de universidades municipais só será possível, porém, quando a pré-escola e o 1º grau conseguirem atender às necessidades da população. Isso não significa a municipalização total do ensino, mas dá maior autonomia e responsabilidade às prefeituras, que devem priorizar o ensino fundamental, ficando para o Estado a responsabilidade do ensino superior.

Ratificando a Constituição federal, o acesso de crianças e jovens paulistas aos bancos escolares está assegurado por lei.

Com a nova Carta, todos têm direito ao ensino fundamental, mesmo que já tenham ultrapassado a idade escolar. Aqueles que abandonaram a escola para se aventurar no mercado de trabalho também terão suas chances no secundário. Um dos artigos da seção Educação prevê a criação de cursos noturnos, regulares ou supletivos, para atender à demanda de jovens trabalhadores que não cursaram o 2º grau. Além disso, o ensino religioso é de matrícula facultativa nas escolas públicas de ensino fundamental.

Recursos devem ser motivo de atenção

Como será a experiência de articulação entre os recursos da União, Estados e Municípios e como se dará a participação da sociedade, no caso específico do ensino superior, na avaliação do desempenho da gestão dos recursos das universidades. Esses são os dois pontos da nova Carta que, na opinião do educador Jorge Nagle, diretor-presidente da Fundunesp-Fundação para o Desenvolvimento da UNESP, ex-presidente do Conselho Estadual de Educação e ex-reitor da Universidade Estadual Paulista, merecem a maior atenção da comunidade educacional do país, a partir de agora.

Nagle acha que a falta de clareza de como acontecerá a reforma tributária impede que se façam previsões mas destaca a necessidade de que todos estejam alertas na hora da distribuição dos recursos e da participação da União, Estados e Municípios na destinação das verbas. A Constituição estadual, segundo ele, mostra um processo de descentralização mais definido ao determinar que sejam criados os Conselhos Regionais e Municipais de Educação. Os critérios para a criação destes Conselhos serão definidos por lei ordinária, segundo o artigo 23, parágrafo único. Nagle só não concorda com a participação da comunidade externa à universidade nas decisões internas a ela, como a gestão de recursos e como determina a nova Carta. Para ele,



Nagle: poderá ser criada uma verdadeira Lei de Diretrizes e Bases para São Paulo

um relatório mensal à Assembleia Legislativa sobre suas atividades e gastos “já é suficiente”.

Jorge Nagle acredita que os parlamentares acertaram em cheio ao colocar a elaboração do Sistema Estadual de Ensino como uma das leis complementares. Segundo ele, o Sistema Estadual será a nossa Lei de Diretrizes e Bases, “o que significa uma lei inteira só para São Paulo e dá inúmeras possibilidades de articulação entre os três graus de ensino”.

No item autonomia universitária, Nagle afirma que há dois aspectos diferentes a serem destacados: um, que reforça

a idéia da autonomia quando diz que é o estatuto da universidade quem irá estabelecer as formas de participação da comunidade na escolha de seus dirigentes e, outro, que propõe medidas que “ferem um pouco” essa autonomia. Uma destas medidas é a que dá dois anos de prazo às universidades públicas para criar um sistema de ensino que destine um terço de suas vagas aos cursos noturnos para atender aos jovens trabalhadores.

1º e 2º graus

Os professores da rede pública não conseguiram seu maior intento: verbas públicas exclusivamente para a escola pública. Mas, para a diretora Lisete Gouvea, da Apeoesp — Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, a destinação de mais 5% da arrecadação do Estado e a certeza de que os 30% só serão aplicados no ensino público são boas conquistas.

Como também são positivas as conquistas quanto à estabilidade dos professores na rede e o item que diz que todos os pagamentos atrasados serão pagos com valor atualizado pelo índice da inflação. Além da antecipação da vantagem da sexta parte de 25 para vinte anos de serviço. Outro ponto importante é a explicitação da valorização do magistério, que tem garantia de piso salarial e jornadas compatíveis para funções específicas e ingresso na carreira garantido por concurso de provas.

Outro aspecto fundamental, para a Apeoesp, é a reafirmação da prioridade do ensino fundamental e da necessidade de acabar com o analfabetismo no Brasil com a ampliação das possibilidades de acesso à escola.

Aqui, o ensino superior

A seção relativa à Educação na Constituição paulista contém 22 artigos (12 a mais do que a Constituição federal). Desses, dois se referem ao ensino superior (uma inovação em relação à Constituição anterior) e um trata da questão da autonomia universitária.

Abaixo, a íntegra desses três artigos:

Artigo 252 — O Estado manterá seu próprio sistema de ensino superior, articulado com os demais níveis.

Parágrafo único — O sistema de ensino superior do Estado de São Paulo incluirá universidades e outros estabelecimentos.

Artigo 253 — A organização do sistema de ensino superior do Estado será orientada para a ampliação do número de vagas oferecidas no ensino público diurno e noturno, respeitadas as condições para a manutenção da qualidade de ensino e do desenvolvimento da pesquisa.

Parágrafo único — As universidades pú-

blicas estaduais deverão manter cursos noturnos que, no conjunto de suas unidades, correspondam a um terço pelo menos, do total das vagas por elas oferecidas.

Artigo 254 — A autonomia da universidade será exercida respeitando, nos termos do seu estatuto, a necessária democratização do ensino e a responsabilidade pública da instituição, observados os seguintes princípios:

I — utilização dos recursos de forma a ampliar o atendimento à demanda social, tanto mediante cursos regulares, quanto atividades de extensão;

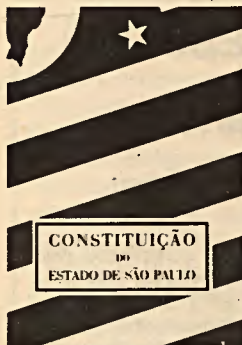
II — representação e participação de todos os segmentos da comunidade interna nos órgãos decisórios e na escolha de dirigentes, na forma de seus estatutos;

Parágrafo único — A lei criará formas de participação da sociedade, por meio de instâncias públicas externas à universidade, na avaliação do desempenho da gestão dos cursos.



C&T aparece pela primeira vez na Carta

Capítulo inédito cria Conselho Estadual e dobra a destinação de verbas para a Fapesp



"O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica." É o que assegura a nova Constituição estadual em seu artigo 268, o

que marca o início do capítulo, inédito, sobre ciência e tecnologia. O parágrafo primeiro garante que "a pesquisa científica receberá tratamento prioritário do Estado" e define que "a pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas sociais e ambientais e para o desenvolvimento do sistema produtivo, procurando harmonizá-lo com os direitos fundamentais e sociais dos cidadãos". No artigo 270, fica esclarecido que o Poder Público vai apoiar e estimular instituições e empresas que invistam em pesquisa científica e tecnológica.

Uma novidade é a criação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, que terá como objetivos "formular, acompanhar, avaliar e reformular a política estadual científica e tecnológica e coordenar os diferentes programas de pesquisa" (artigo 269). A competência desse Conselho será definida por lei, mas o professor Antônio Carlos Bernardo, assessor especial para assuntos universitários da Secretaria de Ciência e Tecnologia, prevê que sua existência será positiva: "Mesmo se a Secretaria de C&T vier a ser extinta, o Conselho vai assegurar a existência de uma política no setor", afirmou.

A novidade mais festejada pela comunidade científica, no entanto, foi a definição de um novo índice para a FAPESP dentro da arrecadação tributária do Estado, passando de 0,5% para 1%.

O aumento de 0,5% para 1% da receita tributária do Estado de São Paulo — o mais rico da nação — trouxe um novo alento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Isso porque, segundo as palavras do professor Alberto Carvalho da Silva, diretor-presidente de seu Conselho Técnico-Administrativo, a receita bruta de cerca de US\$ 42 milhões de 1988 tende a ser multiplicada por dois ou, quem sabe, três, para o exercício de 90 — que terá seus valores finais calculados com base na estimativa de receita do Estado de São Paulo, sobre a qual se aplicará o índice bruto de 1%.

Na prática, isso quer dizer 0,75% reais do orçamento tributário paulista — que não é pequeno. Nos outros pontos da lei que instituiu a Fapesp — que data de 1960, embora a entidade tenha sido prevista pela Constituinte estadual de 47 — não se mexeu. Assim, as três universi-



Alberto Carvalho: competência continuará sendo pré-requisito

dades paulistas, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, o Instituto de Pesquisas Espaciais e a PUC continuam absorvendo cerca de 95% da demanda da entidade. Uma demanda que agora ganhou um reforço considerável em termos de dólares — ou cruzados novos, como se preferir — para investimento em pesquisa científica.

Com a certeza de que há mais dinheiro para o financiamento de pesquisa, a comunidade científica paulista fica mesmo pensando em quais áreas do conhecimento humano ele será investido. "Em qualquer área", garante Alberto Carvalho da Silva. "Para serem aprovados, os projetos precisam apenas cumprir um pré-requisito: o de que sejam relevantes, segundo o entender do Conselho Técnico-Administrativo e do Conselho Superior", diz ainda o cientista, que atuava em pesquisa biomédica antes de ser casado pelo AI-5.

Mas a tendência atual da Fapesp é de crescimento do número de bolsas e auxílios para pesquisadores brasileiros no exterior e para o financiamento de pesquisas científicas no Brasil. Segundo o Relatório de Atividades de 88 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, dos 5.951 pedidos de auxílios e bolsas, 3.802 foram aprovados. Números maiores do que, respectivamente, os 5.198 e 3.712 do ano anterior. Agora, com a nova dotação de verba, esses patamares devem mais uma vez ser superados. "A Fapesp tem aprovado cerca de 70% dos pedidos de financiamento de pesquisa e 50% de bolsas e auxílios para complementação de estudos no exterior", revela ainda o diretor-presidente da entidade.

Pelos números da Fapesp do investimento destinado à pesquisa e treinamento no orçamento de 88 — que foi de pouco mais do que Cz\$ 5,78 bilhões — os auxílios ficaram com cerca de Cz\$ 3 bilhões, bolsas no Brasil com Cz\$ 1,9 bilhão e bolsas de pós-graduação e pós-doutoramento no exterior com pouco

mais do que Cz\$ 846 milhões. Desses totais, do que se investiu em auxílios e bolsas, 65,5% ficaram com o financiamento de pesquisas e apoio à pós-graduação; 14,6% foram destinados a treinamento avançado no exterior; e outros 6,9% ainda tinham por objetivo atrair estudantes para a carreira científica através de bolsas de iniciação. Esses percentuais devem mais ou menos ser mantidos para o orçamento maior que a entidade passa a ter com a nova Constituição.

Mas esse maior volume de dinheiro tem ainda uma outra finalidade. Pelas palavras do professor Alberto Carvalho da Silva, alguns dos maiores problemas do Brasil na área de pesquisa científica podem ser traduzidos por dificuldades de manutenção de infra-estrutura e morosidade na instalação de equipamentos caros, pois a renovação do instrumental tem que ser das mais velozes. Isso tudo ainda fica um pouco mais drástico quando se pensa que em São Paulo são cerca de 14 mil docentes dedicados à pesquisa científica, distribuídos por universidades, institutos de pesquisa e empresas estatais. Problemas que a maior quantidade de dinheiro, se não resolve, pelo menos ameniza.

Resta uma pergunta, no entanto. E a empresa privada? Segundo Alberto Carvalho da Silva, apenas 10% ou 15% do investido em ciência e tecnologia são provenientes da iniciativa privada, patamar que sobe para 55% nos Estados Unidos e 70% no Japão. "Esse aumento da dotação de verba para a Fapesp não afeta em nada o panorama da indústria", revela Eva Stal, assessora da diretoria executiva da Ampei — Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais, entidade com 87 sócios que representam 180 empresas.

"Os ganhos da indústria com a pesquisa levada a cabo por entidades como a Fapesp são sempre indiretos. O que a iniciativa privada deseja é incentivos fiscais para aplicar em pesquisa científica e

tecnológica", diz ainda Stal, segundo quem, no entanto, a Ampei vê com bons olhos a duplicação da verba destinada à Fapesp. Mas ela alerta que chega um ponto em que não mais se desenvolve, em termos científicos e tecnológicos, sem que se tenha um olho voltado para o mercado. "Em todos os países do mundo há incentivos para as empresas que investem em pesquisa. O Brasil precisa melhorar nesse sentido", diz ainda Eva Stal, que enxerga na política industrial do ano passado um avanço nesse sentido, com a redução do IPI e do imposto de importação, para o caso da compra de maquinário destinado a pesquisa no exterior.

A comunidade científica, por outro lado, entende que a Fapesp deveria diversificar sua atuação sem perder a linha seguida hoje. Fernando Galembeck, secretário-geral da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, acha correta a atuação da Fapesp no sentido de apoiar a pesquisa científica, não o desenvolvimento tecnológico, mas avalia que seria saudável ampliar o leque de atuação. Para o cientista, é desagradável que haja um maior grau de aproveitamento de pesquisas que buscam gerar novos produtos ou processos, ao invés de ciência pura — o que a maior quantidade de dinheiro em mãos da Fapesp tende a minorar.

Mas é preciso que se tenha os olhos voltados também para o que acontece nos demais Estados da União — onde as Constituintes estaduais ou já findaram seus trabalhos, a exemplo da paulista, ou estão em processo adiantado de finalização. Pelas novas Cartas, os Estados estão sendo obrigados por lei a destinar recursos à ciência e à tecnologia. Assim, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Sergipe destinarão 0,5% de sua receita tributária para esse fim; Tocantins, 0,5% da receita orçamentária; Acre e Pernambuco, 1% da receita orçamentária; Pará, 1% da receita tributária; Bahia e Rio Grande do Sul, 1,5% da receita tributária; Rondônia, Alagoas e Paraíba, 2% da receita orçamentária; Santa Catarina, 2% das receitas correntes; Ceará, Paraná e Rio de Janeiro, 2,0% da receita tributária; Espírito Santo, 2,5% da receita orçamentária; Minas Gerais, 3,0% da receita orçamentária; e Amazonas e Goiás, 3,0% da receita tributária. Em quase todos os casos, esse dinheiro será gerido por fundações estaduais de amparo à pesquisa e por fundos ou conselhos estaduais. Mas há outros casos.

Ainda segundo o Fórum Nacional de Secretários de Ciência e Tecnologia, realizado em Salvador entre 31 de julho e 1º de agosto passados, os Estados de Mato Grosso e Paraíba deixaram para definir em lei complementar quem irá gerir os recursos destinados à pesquisa. Mato Grosso, novamente, junto com Rio Grande do Norte, deixaram para definir seus recursos por lei complementar às suas Constituições. E os Estados de Amapá e Piauí ainda estão sem projetos de Constituições estaduais definidos.

Rita Di Biaggio

Disputa por vagas não pára de crescer

Número de inscritos sobe e confirma prestígio da UNESP entre os vestibulandos

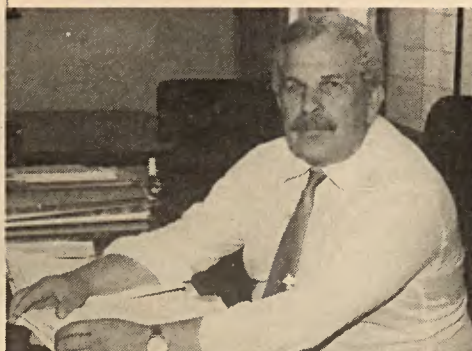
Está cada vez mais acirrada a concorrência por uma vaga na UNESP. Pelo quarto ano consecutivo, os vestibulares da Universidade registram um crescimento do número de inscritos. E, para os exames de 1990, a expansão foi expressiva: 38.378 candidatos, contra 32.364 estudantes em 1989, o que representa um aumento de 18,6%. Esse crescimento ocorreu mesmo com a redução do total de vagas, de 4.875, no ano passado, para 4.208 este ano.

Analisando esses dados, José Fausto Baptista Domingues, coordenador da Fundação para o Vestibular da UNESP (VUNESP), lembra que a expansão deste ano foi em parte causada pela realização de um vestibular exclusivo para a Universidade. Até o início de 1989, os exames eram feitos em conjunto com outras instituições ligadas à Fundação, o que impedia os candidatos de optarem, ao mesmo tempo, pelos cursos da UNESP e pelos das escolas particulares, devido à coincidência das datas de provas (veja quadro). "Mas esse crescimento demonstra, principalmente, que a UNESP se torna cada vez mais prestigiada e conhecida entre os estudantes", ressalta.

Carlos Felício Vanni, diretor-presidente da VUNESP, aponta o nível de ensino da Universidade como o grande responsável pela elevação do contingente de candidatos. Na sua opinião, outro ponto de atração para os estudantes é a proposta da Universidade de levar o ensino a vários pontos do Estado: "Para se fazer um bom curso de Medicina ou Ciências da Computação, por exemplo, não é mais preciso que o candidato se mude para a capital", afirma.



Fausto: prestígio e conhecimento



Para Vanni, nível de ensino atrai estudantes

Fotos: Clávis Ferreira

PROCURA DE CURSOS

Os números do vestibular, aliás, indicam que muita gente da capital se dispõe a arrumar as malas e ir para cidades do interior onde haja um campus da UNESP. São Paulo registrou 12.400 inscrições, quase um terço do total de candidatos. Em Bauru, 3.224 pessoas se inscreveram; em São José do Rio Preto, 2.854; e, em Campinas, 2.823.

O curso de Medicina, oferecido em Botucatu, foi o mais concorrido de todo o vestibular, com a impressionante média de 76,7 candidatos para cada vaga. Em segundo lugar, em matéria de concorrência, ficou a Odontologia de São José dos Campos, onde cada vaga está sendo disputada por uma média de 33,6 estudantes. Medicina Veterinária, também de Botucatu, vem logo em seguida, registrando 31,4 candidatos por vaga.

Dois cursos de Ciências da Computação também ocupam posições de destaque entre os mais procurados: o do cam-

pus de Bauru teve 31,1 concorrentes para cada vaga, enquanto o de São José do Rio Preto assinalou 29,9 candidatos. Na área de Humanas, o curso de Direito de Franca obteve a maior demanda, assinando 19,9 vestibulandos por vaga, seguido da Arquitetura de Bauru, cuja média de procura de vagas atingiu 14,1 candidatos.

O pró-reitor de Graduação da UNESP, Antônio César Perri de Carvalho, assinala que os novos cursos que vêm sendo abertos nos últimos anos também ajudaram no aumento do número de candidatos. No vestibular de 1990, as novidades foram Medicina Veterinária, oferecida em Araçatuba, Fonoaudiologia, em Marília, e Ciências Biológicas, em Assis. Ele lembra também que, no próximo dia 22 de novembro, a Pró-Reitoria de Graduação vai realizar, em São Paulo, um simpósio sobre a divulgação do seu vestibular, com a participação de todos os coordenadores de curso e vice-diretores das unidades.

VUNESP:

dez anos
bem vividos

Em 1989, a VUNESP completou dez anos de existência. Através da sua criação, em outubro de 1979, a Universidade consolidou sua própria estrutura de realização de vestibulares. Atualmente, a Fundação já marca presença nos exames promovidos por instituições de ensino de nível superior de vários Estados.

Somente em São Paulo, dezesseis faculdades, escolas e institutos participam do Vestibular Unificado, que foi organizado pela VUNESP a partir da separação dos vestibulares da UNESP, ocorrida este ano. Além disso, a Fundação ajuda a elaborar os exames da PUC de São Paulo. Sua equipe de especialistas também é responsável pelas provas de três universidades estaduais baianas: a de Feira de Santana, a Estadual da Bahia e a do Sudoeste da Bahia. Em Minas Gerais, a Escola de Farmácia de Alfenas e a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro utilizam os seus serviços.

A Fundação possui ainda um núcleo de pesquisa dos vestibulares, que analisa os instrumentos e critérios utilizados na seleção dos estudantes. As pesquisas também se estendem ao estudo das condições socio-econômicas dos candidatos e da relação entre a Universidade e a rede pública de 2º grau. Esses trabalhos vêm sendo publicados pela *Revista da VUNESP*, cujo terceiro número está prestes a ser lançado.

Um programa para o secundarista descobrir seu futuro

O "Venha nos Conhecer" orienta o estudante na escolha da profissão

A Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários criou, neste ano, o programa "Venha nos conhecer", visando divulgar a UNESP na comunidade e auxiliar os estudantes secundaristas na escolha de uma profissão. Cinco unidades já realizaram eventos em torno do programa: Faculdade de Ciências e Letras (FCL) de Assis, Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) de Marília, Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) de Rio Claro, Instituto de Biociências e Ciências Exatas (IBILCE) de São José do Rio Preto e a Faculdade de Engenharia (FE) de Guaratinguetá, que colocou o programa em prática em maio, aproveitando o aniversário da unidade.

Segundo o pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, professor Carlos Ruggiero, o interessante do programa é realizá-lo ao mesmo tempo em todas as unidades e no período anterior às inscrições para o vestibular. "Nosso objetivo é que cada unidade faça seu convite às escolas da rede de segundo grau de sua região num raio de 100 quilômetros, chamando os alunos para uma visita e auxiliando-os na escolha da profissão", explica.



Em Marília, estudantes visitam laboratórios e realizam pequenas experiências

O programa envolveu cerca de oitenta escolas e 3.500 alunos, que conheceram não só a unidade que visitaram, mas a UNESP como um todo. As visitas seguiram basicamente a mesma programação, com a exibição do vídeo específico sobre a unidade e também o que contempla toda a UNESP, além da passagem por laboratórios e exposições. Segundo o vice-diretor do IGCE, professor Marcos Aurélio de Oliveira, o objetivo de despertar o

interesse da comunidade pelo Instituto foi plenamente alcançado. "Durante a visita, os alunos puderam percorrer o museu de mineralogia e alguns laboratórios, onde chegaram até a realizar pequenas experiências", comenta.

Em Guaratinguetá, as atividades foram mais abrangentes, com a promoção de uma feira de ciências e estandes trazendo informa-

ções de todos os campus da UNESP. "As escolas da região realizaram suas próprias feiras de ciências e trouxeram para cá os seus melhores trabalhos", explicou o vice-diretor Fernando Augusto Silva Marins.

Em Marília, aproveitou-se o potencial de professores e alunos de Pedagogia para a realização de um trabalho paralelo. "Realizamos testes de tendência vocacional, que despertaram muito o interesse dos jovens", diz a professora Sirley Guarezzi. Com fundos arrecadados por alguns professores, puderam ser oferecidas, em Marília, três inscrições gratuitas para o vestibular entre os alunos presentes. "Essas atividades e os eventos culturais motivaram bastante os jovens", completou Sirley.

O "Venha nos conhecer" entusiasmou seus organizadores na FCL-Assis, que arriscaram até a atribuir ao programa a maior procura pelos cursos da unidade no próximo vestibular (veja matéria acima). "O número de alunos inscritos aqui cresceu mais de 10%", lembra o professor Pedro Caruso. Para o professor Ruggiero, essa primeira experiência foi positiva e o programa deve, nos próximos anos, se aprimorar: "Estamos pensando em melhorar o projeto com a integração da Pró-Reitoria de Graduação e a apresentação de vídeos que descrevam as diversas profissões", garante o pró-reitor.



À mesa, um banquete de agrotóxicos

Pioneiro na descoberta das batatas contaminadas por mercúrio, Igor Vassilieff alerta para os riscos da alimentação do brasileiro

Quinto maior consumidor mundial de agrotóxico, o Brasil comercializa 1.480 marcas diferentes de defensivos, produzidas por 135 indústrias nacionais e multinacionais. No ano passado, os negócios brasileiros envolvendo os agrotóxicos somaram mais de US\$ 1 bilhão em vendas. Assim, quando foi anunciada, em setembro último, a descoberta de 4,6 toneladas de batatas contaminadas por agrotóxico mercurial, no interior de São Paulo, até os protetores mais entusiasmados dos chamados defensivos agrícolas viram acender um sinal vermelho no front que separa os produtores dos consumidores de alimentos. "A batata contaminada é apenas a ponta do iceberg", afirma o professor Igor Vassilieff, coordenador da área de toxicologia do Departamento de Farmacologia do Instituto de Biociências de Botucatu, o primeiro a detectar o problema.

Ainda no mês de agosto, alertado pelo Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde — SUDS —, de São José da Boa Vista, Vassilieff e equipe analisaram 32 amostras de batatas contaminadas e expediram os primeiros laudos confirmando a presença de metil-mercurial, o princípio ativo do Niantina, agrotóxico que teve sua fabricação proibida em 1975 e seu uso vetado a partir de 1980. "Sabíamos que estávamos mexendo em um vespeiro", lembra Vassilieff, "mas não podíamos nos otimizar, porque, se o mercúrio tem um efeito benéfico sobre as batatas, é extremamente prejudicial ao homem e ao meio ambiente".

Das 32 amostras inicialmente analisadas no laboratório de análises toxicológicas do IB, duas apresentaram índices acima dos limites permitidos pela Organização Mundial da Saúde (10 nanogramas de mercúrio por grama, ou 0,01 PPM — parte por milhão), 22 acusaram mercúrio em doses toleráveis e apenas oito estavam isentas do metal. Enviados ao SUDS, os laudos foram encaminhados ao CVS — Centro de Vigilância Sanitária, em São Paulo. Checados e confirmados pelo Instituto Adolfo Lutz, os resultados das pesquisas pioneiras do IB chegaram ao público no dia 8 de setembro.

DORES, TREMORES

Formado em Farmácia Bioquímica pela USP e em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, esta não é a primeira vez que o professor Igor Vassilieff se envolve com problemas provocados pelo mercúrio. Há dois anos ele coordenou um projeto sobre a contaminação de pescadores na barragem de Barra Bonita, na confluência dos rios Tietê e Piracicaba, na região central do Estado, quando pescadores foram contaminados por ingestão e manuseio de peixes tirados dos rios poluídos. "Além de termos conseguido alertar as autoridades e evitar que o pior acontecesse, esse trabalho, em termos acadêmicos, foi importante porque acabou provando os riscos de contaminação por mercúrio na manipulação", avalia.

Metal pesado encontrado sob diversas formas, o chamado mercúrio orgânico é o mais facilmente absorvido pela natureza e, portanto, o mais presente nos agro-



Vassilieff (no detalhe): "todo cuidado com o mercúrio é pouco"

tóxicos. Como explica Vassilieff, esse metal é cumulativo no corpo humano, onde se aloja na corrente sanguínea, e migra para os tecidos. "O homem tolera até meio micrograma de mercúrio por decilitro de sangue", afirma. "A partir daí, os primeiros sintomas começam a aparecer no sistema nervoso central, causando perda da sensibilidade nas extremidades, dificuldades de fala, redução da visão e audição". Dependendo da concentração, podem surgir também tremores, dores musculares, problemas renais e cardíacos e até a morte. "Para intoxicar-se seriamente, uma pessoa de 60 quilos teria de comer 1 quilo de batata com 10 nanogramas de mercúrio por

grama, por semana, durante dois a três meses", ele calcula.

LIÇÕES DA HISTÓRIA

Os casos mais graves de intoxicação por mercúrio aconteceram na região de São João da Boa Vista (veja quadro), e envolveram principalmente os agricultores que manipularam os agrotóxicos. "Fizemos 49 exames de sangue nos trabalhadores e três apresentaram valores de mercúrio acima do tolerado. Mas, como o organismo é capaz de eliminar toxinas através da urina e das fezes, se essas pessoas evitarem a manipulação ou ingestão de mercúrio, não correm maiores riscos", comenta Vassilieff.

No total, a equipe do IB realizou 103

análises de batatas. Destas, 13 apresentaram mercúrio acima dos limites tolerados, 50 se mantiveram dentro dos padrões permitidos e 40 não mostraram sinais de contaminação. Todos estes números, segundo Vassilieff, podem dar a impressão errônea de que o risco de contaminação por mercúrio é remoto. "A história nos ensina que todo cuidado com este metal é pouco. Nos anos 50, por exemplo, centenas de pessoas morreram intoxicadas por mercúrio na baía de Minamata, no Japão, comendo peixes contaminados. E, 10 anos depois, o drama se repetiria no Iraque, com sementes de trigo."

Para Igor Vassilieff, este episódio envolvendo a contaminação de batatas por resíduos de mercúrio está longe de ser um caso isolado. "Ao cardápio do brasileiro, infelizmente, vem sendo acrescentado, em porções cada vez mais generosas, hormônios, anabolizantes esteróides, ovos de tênia, pesticidas, fungicidas e herbicidas junto a carnes, legumes e cereais", lamenta. E alerta: "É urgente a regulamentação da Lei dos Agrotóxicos, de iniciativa do Legislativo, que exige maior rigor na fiscalização daquilo que é aplicado na lavoura".

Márcia Alves

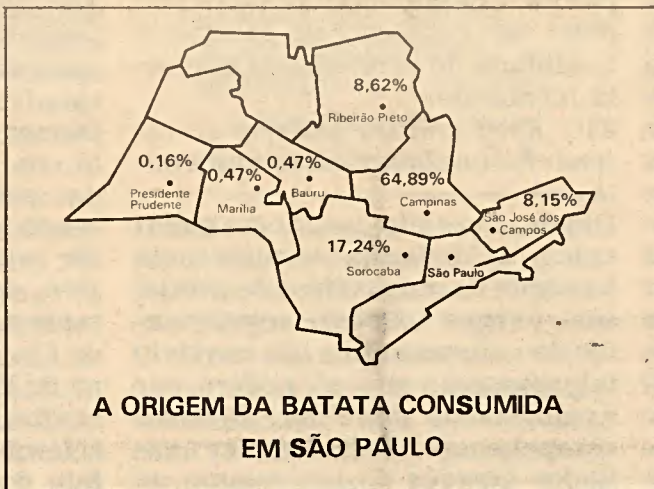
O Departamento de Farmacologia do Instituto de Biociências do campus de Botucatu mantém o Centro de Informações Tóxico-Farmacológico, que funciona gratuitamente, durante 24 horas. Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (0149) 22-3048.

No final do mês, as batatas voltam ao cardápio

Desde que, em setembro último, começaram a surgir os primeiros indícios de batatas contaminadas por mercúrio, foram examinadas, em todo o Estado de São Paulo, exatas 907 amostras. A maior parte desta amostragem é proveniente da região de São João da Boa Vista, Casa Branca e Vargem Grande, que produz 64,89% de toda a batata consumida no Estado. Das 345 amostras recolhidas nessa região, 55% apresentaram níveis inaceitáveis de mercúrio — acima do limite tolerado de 10 PPBs, ou seja, partes por bilhão.

Em São José dos Campos, Ribeirão Preto e Sorocaba foram analisadas 515 amostras, coletadas entre fazendas e centros de comercialização. Nestas cidades, o índice de contaminação foi menor, ficando em torno de 26%. Finalmente, na capital, foram analisadas outras 47 amostras, provenientes, principalmente, dos postos de comercialização (Ceagesp) e supermercados.

Os laudos foram expedidos pelo Instituto Adolfo Lutz, que trabalhou em conjunto com o Instituto de Química da USP, e pelo Instituto de Biociências da UNESP de Botucatu. Agora, o Adolfo Lutz está atendendo aos ba-



taticultores que solicitaram a contraprova (análise feita na presença de um perito escolhido pelo produtor). Segundo informações da Secretaria de Agricultura, das pouco mais de 40 contraprovas realizadas até agora, 99% confirmaram os resultados anteriores. O próximo passo, nesse procedimento, é a destruição das lavouras.

PREJUÍZOS

Com a notícia da contaminação, o preço da batata despencou e, mesmo os bataticultores que não usaram o agrotóxico proibido, tiveram enormes prejuízos. Só na região de São João da Boa Vista, as perdas ultrapassa-

ram NCz\$ 56 milhões. Para minimizar o problema, o Estado prorrogou em até dois anos o prazo de pagamento dos financiamentos feitos pelos produtores junto ao Banco do Estado de São Paulo (Banespa). Cerca de 420 mil produtores em todo o Estado receberam empréstimos do banco.

Para Antonio Aparecido Longhi, diretor do Centro de Fiscalização de Insumo da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), órgão ligado à Secretaria de Agricultura, só a partir do final do mês de novembro as batatas de São Paulo estarão boas para consumo, livres de riscos de contaminação. "Este é o prazo para que a atual safra termine e apodreçam as batatas que podem estar estocadas", informa.

No que diz respeito à fiscalização, o diretor do Departamento de Defesa Agropecuária da Secretaria de Agricultura, Pedro Scalvo, diz que a Cati faz rotineiramente o acompanhamento da venda dos praguicidas na região. "Recolhemos amostras de pelo menos 80% dos agrotóxicos, mas os testes são realizados em função dos ingredientes declarados nos rótulos dos produtos. Casos como esse, do mercúrio, só serão detectados se houver, antes, denúncias", explica. Para Scalvo, porém, esse tipo de problema tende a ser superado, já que se tornou obrigatório, em todo o País, o uso do receituário agrônomo para venda de praguicidas. "Esta medida, já prevista pela Constituição, foi agora reforçada pela Constituição de São Paulo", conclui.

DINAH BORGES DE ALMEIDA

O exame de Ordem é uma solução simplista

Dando prosseguimento aos debates em torno do anteprojeto de lei enviado ao Congresso Nacional, que propõe a obrigatoriedade de exames de avaliação para que recém-formados possam exercer sua profissão, ouvimos nesta edição a professora Dinah Borges de Almeida, diretora da Faculdade de Medicina da UNESP, campus de Botucatu. Livre-docente em Clínica Médica e professora-titular de nefrologia, dra. Dinah foi suplente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, na última gestão, e responsável pela Delegacia Regional do CRM de Botucatu. Nesta entrevista, ela explica porque o exame de proficiência é insuficiente para avaliar a capacitação profissional de um jovem médico e aponta, como soluções, a melhoria da qualidade de ensino e o remodelamento do sistema de saúde, responsável, hoje, pelo que ela chama de "formação informal" do aluno de Medicina.

Entrevista a Sônia Goldfeder

Jornal da Unesp: *Gostaríamos que a senhora apresentasse sua posição a respeito das novas medidas que estão em discussão no Congresso Nacional e que propõem a necessidade de um exame da Ordem para o exercício, entre outras profissões, da Medicina.*

Dinah Borges de Almeida: Sou frontalmente contrária a esse tipo de posição. O que está sendo proposto — uma espécie de exame de Ordem, exame de proficiência na atividade médica — é uma medida para contornar o problema que surgiu com o crescimento de escolas médicas sem condições para formar médicos competentes. Esse tipo de postulação tem como objetivo, até certo ponto, proteger a sociedade com relação a médicos que saem inadequadamente formados da Faculdade de Medicina. Só que eu, particularmente, não acredito que essa seja uma medida capaz, por si só, de resolver o problema. A solução, no meu entender, está muito mais na aplicação de uma política bastante acentuada de melhoria das escolas médicas. Mesmo porque, a atividade médica se reveste de tantos componentes, que apenas um exame de proficiência é incapaz de avaliar se aquele médico está suficientemente capacitado para exercer aquela atividade.

JU: *Como então deveria ser esse processo de seleção?*

Dinah: Nesse particular, acredito

que a avaliação do aluno deve ser feita lentamente. E esse processo deve avaliar não só a sua eficiência técnica, os seus conhecimentos de natureza científica, a sua competência operacional, mas também os seus valores éticos. E isso só pode ser feito aos poucos, ao longo das atividades nos bancos das faculdades. Em resumo, no meu entender, uma universidade deve ir além do simples fornecimento de um diploma. Idealmente, uma escola deve ter condição de atestar a qualidade do profissional que está formando.

JU: *Essa análise poderia se estender a qualquer curso universitário?*

Dinah: Acredito que, nesse particular, a Medicina se diferencia bastante de outros tipos de profissões, porque existem componentes de natureza ética, de convívio interpessoal, que só podem ser avaliados no dia-a-dia. E esses componentes não podem ser avaliados através de um exame de proficiência. No máximo, esse exame tem condição de analisar os conhecimentos de natureza científica e técnica, mas não propriamente as capacitações reais daquele médico. Por outro lado, acredito que deva ser feito um esforço, através dos órgãos superiores, inclusive das universidades, de exigir um controle do Ministério da Educação, associado aos Conselhos Federal e Regionais, no sentido de avaliação

constante dessas escolas médicas. Aquelas que não estão em condições de formar adequadamente os seus médicos devem passar por uma mudança de direcionamento ou por um reforço nos seus recursos materiais e humanos. Particularmente, repito, com relação à Medicina, não acredito que um simples exame de Ordem seja capaz de resolver o problema que está sendo apontado no momento.

JU: *A senhora acredita que seria possível estender esse controle para além dos muros das universidades?*

Dinah: A formação do médico está, de certa forma, acoplada a um sistema de saúde que está sendo reformulado, que precisa ser reformulado. Gostaria, inclusive, de fazer um reparo importante ao artigo do vice-presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, Assaf Hadba, na revista Veja de 20 de setembro último. Lá, ele cita o fato dos alunos de grande parte das escolas de Medicina fazerem plantões em entidades públicas de má qualidade. Na realidade, é justamente o contrário, ou seja, a maior parte das vezes eles dão plantões, até certo ponto clandestinos, em entidades privadas de má qualidade. Isso precisa ficar bem claro, porque nos hospitais públicos, em geral, o aluno — a não ser que esteja sob a forma de internato ou residência credenciada ou com supervisão docente

— faz plantão, mas sob a supervisão de um residente, que é médico formado, e sob a supervisão de docentes, que são os responsáveis últimos pela formação desses alunos. O que na verdade ocorre é que existem instituições privadas que empregam alunos de 4º e 5º anos, para dar plantão, sem nenhum tipo de supervisão. Isso, sim, deve ser coibido pelo Conselho Regional de Medicina. Nesse caso, trata-se de um falso aprendizado, inclusive deformante. Assim, não acredito que um simples exame de Ordem vá resolver esse problema.

“A avaliação do aluno deve levar em conta não apenas a sua eficiência técnica, seus conhecimentos de natureza científica, mas também seus valores éticos”

JU: *Não devemos, portanto, desvincular o sistema de ensino do sistema de saúde?*

Dinah: Não, pois tudo está bastante relacionado. Temos um sistema de saúde que está passando por uma reformulação importantíssima e que tem a responsabilidade de dar atendimento a toda população, de estender a toda a população os benefícios de uma Medicina de alto padrão. Por Medicina de alto padrão não entendo

só a Medicina sofisticada, feita com aparelhos de diagnósticos, a chamada “Medicina de ponta”, mas a Medicina em todos os níveis: primária, secundária e terciária de bom nível.

JU: *Como seriam esses três níveis de atendimento médico?*

Dinah: O nível primário é, claro, o mais simples, e abarca cerca de 80% dos problemas médicos, ou seja, o atendimento ambulatorial dos Centros de Saúde. No momento em que tivermos esta Medicina bem esquematizada, com o nível primário bem resolvido, onde haja articulação entre os atendimentos primário e secundário — que já é de nível hospitalar, de cirurgia de média complexidade — e a articulação de tratamentos clínicos de média complexidade com os tratamentos e métodos de diagnósticos terciários, de uma Medicina que exige maior sofisticação técnica e maior preparo do ponto de vista de especialização — bom, nesse momento, provavelmente, grande parte dos nossos problemas educacionais estarão resolvidos. Porque, muitas vezes, as distorções da atividade médica exterior se refletem muito na escola médica, já que ela não está dentro de um sistema propriamente fechado, como vimos, mas tem uma ampla comunicação com todo o restante do sistema.

JU: *A senhora poderia exemplificar essa relação?*

Dinah: Por exemplo, o fato de que, atualmente, principalmente nas grandes cidades, uma grande parte da formação do aluno se faz de maneira informal, ou seja, exatamente nesses plantões de fim-de-semana ou noturnos. O aluno termina suas atividades na faculdade, pega um plantão numa Santa Casa, numa clínica privada, e pode acabar se defrontando com problemas para os quais não está preparado. Sei que existem unidades de diálise que empregam alunos de 5º e 6º anos para proceder a esse tratamento sem nenhuma supervisão. É a isso que chamo de “formação” informal. É dessa forma que o mercado de trabalho externo acaba exercendo uma influência sobre a formação desse aluno. Na realidade, isso já faz parte da tradição médica. Se tomarmos, por exemplo, as escolas, antes da criação dos hospitais universitários ou antes da criação dos Centros de Saúde Comunitários, os alunos realmente faziam a sua formação teórica dentro da faculdade e a sua formação informal dentro dos hospitais públicos, em geral nas Santas Casas. Isso aconteceu até o advento dos hospitais universitários. Talvez estejamos vivendo um terceiro momento, em que a formação prática dos alunos tende a se fazer também nas estruturas externas. Mas, atualmente, como o sistema não está bem organizado, muito do que ele obtém é defor-

mante, porque é feito, como já disse, sem supervisão. Talvez a gente possa, um dia, encaminhar toda a rede pública, ambulatórios e hospitais, para essa formação. Se isso for bem dirigido, bem direcionado, com uma preocupação muito grande com a formação do aluno, talvez possamos passar a utilizar várias estruturas do sistema de saúde para formar o médico. E podemos fazer isso de forma adequada, mas não sem supervisão docente, como está acontecendo atualmente.

JU: *Como a senhora analisaria o atual funcionamento do Conselho Regional de Medicina? Como ele tem se comportado, por exemplo, em relação ao julgamento de erros médicos?*

Dinah: Na realidade, o Conselho precisa ter maior agilidade nessa questão porque, às vezes, o julgamento do erro médico tem sido muito demorado. Eu não acredito que o sistema atual seja inadequado. Fiz parte do Conselho Regional de Medicina, e pelo menos na época ele se caracterizava por dois objetivos básicos: o de proteção à sociedade e o de preocupação com a proteção do indivíduo injustamente acusado. Por isso, o Conselho tem que ser isento nesse julgamento. Ele não pode, ele não deve ter uma preocupação corporativa.

JU: *Mas essa tem sido uma acusação bastante comum...*

“Os avanços científicos podem tornar inadequado hoje o que era adequado ontem. É preciso estimular o profissional a reciclar e atualizar os seus conhecimentos”

Dinah: O Conselho não tem uma preocupação corporativa, de autoproteção. Ele apenas dá proteção porque o sigilo é importante. O sigilo, nas atividades do médico com o cliente, é fundamental, sobretudo nos dias que correm, com várias doenças que têm um componente social importante. O sigilo é uma questão de proteção, inclusive daquele que está denunciando. E também daquele que é denunciado, até que se comprove ou não sua culpa. Mas é preciso que se saiba que existem erros médicos, porque o avanço da Medicina, muitas vezes, torna inadequado aquilo que era adequado ontem. Assim, muitas vezes, o que ocorre é não propriamente erro ou omissão.

JU: *E aí entraria o papel da Uni-*

versidade, na constante atualização dos profissionais...

Dinah: Sim. Um dos componentes mais importantes de uma escola médica é criar, no aluno, a responsabilidade de procurar o aperfeiçoamento contínuo. Caso contrário, em pouco tempo ele se tornará um profissional superado. Este médico permanecerá competente e, portanto, menos passível de cometer erros na sua profissão, se durante a sua formação lhe estimularem a preocupação com a reciclagem e atualização dos conhecimentos.

JU: *E para os casos de imperícia e ausência ou transgressão de ética profissional? Como a senhora veria uma solução para isso? Qual deveria ser o comportamento do CRM quanto a esta questão?*

Dinah: Bom, o CRM pode ter uma interferência importante. Ele pode ter um relacionamento maior com as escolas, no sentido de alertá-las. Vamos supor que ele comece a receber muitas denúncias de determinados médicos formados em determinadas escolas. É obrigação do CRM alertar essas escolas...

JU: *A senhora acha que o alerta deve ser dado às escolas e não à comunidade?*

Dinah: Às escolas. Ou seja, deve haver um inter-relacionamento com o Conselho. O que também acredito que o Conselho não tem se preocupado muito é em policiar atividades que são quase marginais dentro da Medicina. Em outras palavras: será que as grandes imperícias não vêm de locais que não têm muita preocupação com a qualidade do médico que eles empregam? E não dão condições para esse médico trabalhar ou exigem uma sobrecarga de trabalho? São coisas muito relacionadas.

JU: *A senhora quer dizer que se trata, então, de atacar o mal pela raiz e não somente punir depois do fato consumado?*

Dinah: Assim como em qualquer outra profissão, há, na Medicina, os maus médicos, que utilizam de forma inadequada ou relapsa os seus conhecimentos — e estes têm que ser exemplarmente punidos. Mas acredito que devam existir também diferentes graus de punição, levando-se em conta a circunstância em que esses erros foram cometidos, se foram ou não cometidos conscientemente. Enfim, a punição entre os profissionais da Medicina deve obedecer aos mesmos critérios utilizados nos outros segmentos da sociedade.

A liberdade absoluta de pensamento

O historiador francês Gilbert Badia rema contra a corrente

Não houve, entre os participantes do "Seminário Rosa Luxemburg", realizado entre os últimos dias 10 e 12 de outubro, no campus de Marília, quem não se impressionasse com a lucidez e a jovialidade de Gilbert Badia que, aos 73 anos, permanece como uma das maiores autoridades internacionais na vida e obra da pensadora marxista. Convidado pela UNESP para participar do evento, o historiador francês encantou as cerca de 200 pessoas presentes ao abordar os temas "Rosa Luxemburg e a social-democracia alemã" e "Rosa Luxemburg: Revolução Alemã e Spartakismo".

Autor do livro *Rosa Luxemburg: Jornalista, Polemista, Revolucionária*, que se tornou referência obrigatória para quem se interessa pelo trabalho de Luxemburg, deixou-se seduzir pela história e cultura alemãs desde os tempos de colégio, em 1936, quando parte para a Alemanha, em pleno III Reich. "Estar lá, naquele momento, foi uma experiência muito marcante, embora não enriquecedora", recorda Badia. De volta à França, dois anos depois, conhece sua mulher, Simone, companheira de toda vida, e filia-se ao Partido Comunista Francês. Com a suspensão dos partidos filiados à III Internacional e com a consequente perseguição política aos membros do PCF, o casal Badia é preso em 1941. "Fomos presos porque detiveram um camarada com uma relação onde aparecia o nome de Simone." Libertado logo depois, Badia é novamente preso, desta vez por atividades antinazistas. Enviado a diversos campos de concentração, consegue fugir com quatro dirigentes do PCF e retorna à Paris, onde assume a direção da Frente Nacional, grande organização de resistência que agrupava militantes de várias ideologias.

Com o término da II Guerra Mundial, Gilbert Badia inicia suas atividades como jornalista, permanecendo no jornal *Le Soir* por cinco anos, retomando depois suas atividades como professor no colégio Béziers, onde se formara. Paralelamente às atividades docentes, inicia a publicação de seus textos e lança *História da Alemanha Contemporânea*. Inicia então suas pesquisas em torno dos spartakistas e, logo depois, publica, com sucesso, *Os Spartakistas e Os Últimos Anos de Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht*. Em 1967, já na Universidade de Nanterre, defende a tese "Rosa Luxemburg, Polemista, Escritora, Revolucionária", que se tornaria seu livro mais conhecido.

REUNIFICAÇÃO

Por nenhum momento escondendo sua irrestrita admiração pela obra de Rosa Luxemburg, Badia, de certa forma, tem remado contra a corrente, à medida que suas teses contrastam com a maioria das análises dos historiadores. Badia insurge-se principalmente contra as teses que apresentam a pensadora como uma libertária, representante do "socialismo com aspecto humano". "Não há liberdade para os inimigos da liberdade", afirma Badia, citando Saint-Just. "E é esta a posição assumida por Luxemburg durante toda sua vida." Da mesma forma, o historiador francês se deteve com particular argúcia sobre as polêmicas relações entre Rosa Luxem-



Badia: "para compreender Luxemburg, é preciso situá-la historicamente"

burg e Lênin: "Ela é considerada uma espécie de antítese de Lênin, sua principal inimiga. E isso é inteiramente falso. É claro que ela se opunha ao revolucionário russo, mas o inimigo mortal sempre foi a social-democracia e a direita. Para compreender inteiramente Rosa Luxemburg, é preciso situá-la historicamente e percebê-la como militante do movimento operário internacional", argumenta.

Como pesquisador da cultura alemã, Badia comentou também os acontecimentos recentes na Europa Oriental. Analisando a situação interna e as relações internacionais das duas Alemanhas, lastima a postura "da geração jovem, que desligou-se do poder e despreza as vantagens sociais da Alemanha Oriental". Afirmando que estas conquistas sociais talvez desapareçam com a reunificação, Badia enumera outras razões que reforçam suas posições: "O problema da reunificação não se coloca no momento atual, inclusive porque muitas potências não a aceitarão. As duas Alemanhas, juntas, teriam um poder fantástico, com um volume de comércio exterior superior ao dos Estados

Unidos e Japão", comenta. De acordo com Badia, haveria também graves problemas internos: "Na Alemanha Ocidental há grupos de extrema direita que dizem que a fronteira com a Polônia deve ser reconsiderada. Isso significa que, se houver uma Alemanha reunificada, um grande número de pessoas pediria a modificação das fronteiras e o risco de um conflito armado, neste caso, não seria pequeno."

Mostrando-se entusiasmado com os resultados obtidos durante o "Seminário Rosa Luxemburg", que o trouxe ao país, Gilbert Badia afirmou que, no seu desenrolar, de certa forma colocou-se em prática algumas idéias de Rosa Luxemburg. "Ao conseguirmos debater questões delicadas e considerar seriamente as diversas linhas do pensamento marxista, sem nos agredirmos, fizemos um pouco daquilo que Rosa tão bem defendeu em sua vida, que é a liberdade absoluta do pensamento", comparou. "Este interesse pelas questões políticas, essa possibilidade de um futuro político, que não vejo na França, é um fato bastante reconfortante."

José Castilho Marques Neto

Debate: a formação do professor

A formação do professor de 1º e 2º graus é um tema que não se esgota facilmente. Evitando imprimir, por isso mesmo, um tom definitivo a assunto tão complexo e multifacetado, Maristela Veloso Campos Bernardo, do Departamento de Psicologia da Educação da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, organizou a coletânea *Formação do Professor — Atualizando o Debate* (Série CADERNOS PUC, nº 34, EDUC, 148 págs.).

Dirigida sobre tudo a professores de Educação e alunos de Pedagogia, o livro reúne textos de Maristela Bernardo, Maria Aparecida Viggiani Bicudo, Maria Cecília Ramos, Lucila Diehl Tolaine Fini, Maria Laura Franco e Amélia Domingues de Castro. De acordo com Joel Martins, que assina a apresentação, "o valor especial desta coletânea está na sua síntese e crítica de diversos pontos de vista, numa boa harmonia argumentativa".

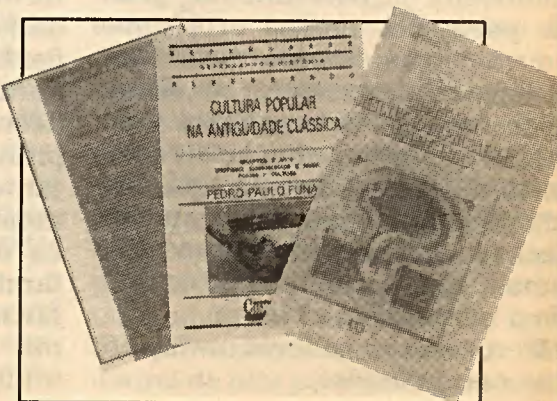
O dia-a-dia na Antigüidade

Desenvolver a visão crítica através da discussão, análise e reformulação constante dos temas históricos. Este é o objetivo básico de *Cultura Popular na Antigüidade Clássica* (Col. Repensando a História, Edit. Contexto, 80 págs.), de Pedro Paulo Funari. Professor na Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Funari trata aqui de um tema, segundo ele, ausente na nossa experiência com a antigüidade: o papel do povo na formulação de uma cultura própria. Ele revela que, ao contrário do que se divulga frequentemente, "a massa não era nem ignara nem passiva, mas atuava com grande autonomia nas suas expressões artísticas". O texto mostra, através dos grafites antigos, como se pode estudar temas como o amor, o erotismo e os esportes populares.

Ainda de acordo com Funari, o livro pretende, também, "estimular a participação de todos no processo de elaboração do saber histórico, tanto através do tratamento desmistificador de visões consagradas, como pela abordagem de questões que fazem parte do dia-a-dia das pessoas 'comuns', sistematicamente postas à margem da história".

A Matemática, em obra clara, precisa

Abordando de maneira clara e objetiva a Matemática e sua importância no ensino, *Didática da Resolução de Problemas de Matemática* (Editora Ática, 176 págs.), de Luiz Roberto Dante, professor no IGCE — campus de Rio Claro, é dirigido a estudantes do curso de Magistério e a professores de Matemática elementar, especialmente aqueles dedicados às primeiras cinco séries do 1º grau. De acordo com o autor, "o livro foi escrito após a constatação da inexistência de material de consulta e apoio ao trabalho do professor de 1ª a 5ª série".



Imagens eletrográficas correm o mundo

Em questão de segundos, as imagens criadas no Studio de Arte Eletrográfica da Bienal dão a volta ao planeta

Reunindo dezessete artistas estrangeiros, vindos dos Estados Unidos, Espanha, Alemanha, Finlândia, França e Holanda, e sete brasileiros, todos especialistas em arte feita através de máquinas fotocopadoras, o 1º Studio Internacional de Eletrografia, organizado pela UNESP, vem chamando de forma especial a atenção dos visitantes da 20ª Bienal Internacional de São Paulo. Nos primeiros quinze dias de Bienal, o Studio atraiu um público calculado em 30 mil pessoas, que pôde apreciar não apenas as cerca de 150 obras ali expostas como também presenciar a criação de novos trabalhos.

Instalado no segundo andar do pavilhão da Bienal, numa área de 300 metros quadrados, o Studio promoveu diversos "workshops", onde os artistas, servindo-se de vinte máquinas fotocopadoras, puderam desenvolver, na presença do público, centenas de novas imagens. "Quando começavam as atividades práticas, o número de visitantes triplicava", assegura Luiz Guimarães Monforte, organizador do Studio e professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) do campus de Bauru.

Três linhas telefônicas, acopladas às máquinas Fax, também foram sensação no evento, permitindo que os novos trabalhos pudessem correr o mundo em questão de segundos. As ilustrações chegaram aos Estados Unidos, via Instituto de Tecnologia de Rochester, e à Europa, através da Universidade de Salamanca, Universidade de Valência e Faculdade de Belas Artes de Cuenca. Os trabalhos saíram do Ibirapuera e, a cada local que chegavam, iam sofrendo transformações, até voltarem ao Studio. Essas imagens ilustraram até mesmo uma matéria especial sobre a Bienal no terceiro maior jornal da Espanha, o "Diário 16". "As pessoas se acostumam com as fotocópias que utilizamos no nosso cotidiano, mas quando deparam com o trabalho desenvolvido aqui se surpreendem com a qualidade", enfatiza Monforte.

O PÚBLICO PARTICIPA

Mas não só os artistas convidados puderam se valer desse verdadeiro ateliê. No dia 17 último, foi a vez dos estudantes universitários mostrarem seus conhecimentos. Sete alunos do Instituto de Artes (IA) do campus de São Paulo, acompanhados pelo professor Percival Tirapeli, participaram de uma atividade diferente daquela normalmente vivida em sala de aula. Após trabalharem com um tema proposto pela artista norte-americana Patti Ambrogli, "Mãos do tempo", os alunos trocaram as imagens criadas com estudantes de outras universidades.

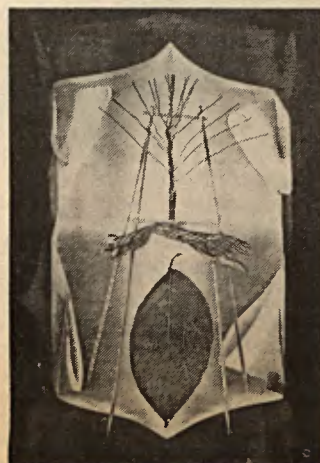
Os trabalhos passaram, via Fax, pelas mãos dos estudantes das três instituições. Os alunos do IA já possuíam conhecimentos sobre a eletrografia, adquiridos dentro da disciplina "Evolução das artes visuais", ministrada pelo professor Tirapeli, que começou a trabalhar com a técnica em 1972. "A experiência foi excitante", disse Tirapeli, "não propriamente pelas imagens enviadas ou recebidas, mas pela possibilidade de uma tecnologia aproximar, em termos de instantes, trabalhos produzidos em locais tão distantes."



James Durand, da Universidade de Paris VIII: movimento da luz



A polonesa Dina Dar: em busca da verdade oculta nas sombras



Obra de Charles Arnold



Obra eletrográfica de Luiz Guimarães Monforte

A eletrografia, excitando a imaginação infantil: 600 crianças visitam o Studio

Emoção eletrificada

Da cópia da luz ao mistério das sombras, os artistas estrangeiros presentes ao 1º Studio Internacional de Eletrografia estão mostrando um sem número de facetas da arte feita através da fotocópia. Em "workshops" ou por meio das obras expostas até o final da mostra, eles apresentam o que acontece de mais atual em termos de arte eletrográfica na Europa e Estados Unidos.

Ultrapassando o elementar da fotocópia, de se partir de um original para se chegar a uma imagem como resultado, o francês James Durand utiliza somente a luz e a eletricidade contidas na copiadora. Professor e pesquisador da Universidade de Paris VIII — St. Denis, Durand criou ali, em 1981, um dos primeiros ateliês de eletrografia da Europa. Para o Brasil, o artista trouxe parte de uma série de trabalhos que desenvolveu com a luz em diferentes tipos de máquinas copiadoras.

A partir das imagens produzidas em pequenas máquinas de escritório, Durand passa para copiadoras mais sofisticadas, a laser e equipadas com microcomputadores, que proporcionam misturas de várias cores. Mas o aparato tecnológico não é o que fascina Durand. "Para mim, o que interessa é o aparelho em si, seu circuito interno e o movimento da luz da máquina", define.

Para Dina Dar, uma polonesa radicada nos Estados Unidos, o que importa é a luz natural. Dina, que se dedica à eletrografia desde 1973, está expondo no Studio um trabalho feito a partir da foto de sua sombra. "Fotografo as sombras de dramas interpretados por mim e, a partir daí, começo a fazer as cópias, com técnicas simples e em cores diferentes", diz. "As sombras são escuras, cinzas, pretas, e isso esconde a verdade das coisas. As formas são

mais verdadeiras se tiramos o mistério delas e é isso que procuro fazer em meu trabalho", explica Dina.

TELEPATIA ARTÍSTICA

Paco Rangel, espanhol que se dedica à eletrografia há dez anos, vê a magia da arte por outro ângulo. Trabalhando com transferências de fotocópias para diversas superfícies, através da utilização de solventes, Paco diz que encontrou no Studio muitas coisas em comum com o seu trabalho. "Há algo como uma telepatia artística, uma interferência que não sei de onde vem", comenta. "Cada um tem seu próprio trabalho, sua própria identidade, mas quando chego aqui e vejo coisas que pensei, tão longe, sendo feitas por pessoas que não conhecem meu trabalho, acho surpreendente."

Outro espanhol, Romã Arranz, procura fazer uma reinterpretação de obras de artistas consagrados, como Picasso, por exemplo. "Faço leitura vulgarizada ou popularizada dessas obras", afirma. Para o Studio, Arranz trouxe "O banho turco". A base para o seu trabalho foi um quadro de Dominique Ingres, de 1830, que Arranz fotografou e, a partir daí, fez diversas colagens e sucessivas cópias, até chegar ao resultado final, apresentado em papel e plástico. Arranz leciona na Escola Massana, de Barcelona, onde a técnica da eletrografia foi introduzida há um ano. Segundo ele, na Espanha há muitos bons artistas dedicando-se à eletrografia, mas lamenta que o preconceito com relação à técnica ainda reine em seu país. "A eletrografia é um processo de captar informações e modificá-las como outro qualquer", enfatiza. "E a máquina, para nós, é apenas um instrumento, como um lápis ou um pincel."

Dentro do ateliê infantil, de 24 a 27 de outubro, 600 crianças de sete estabelecimentos de ensino, da pré-escola ao primeiro grau, visitaram o Studio e desenvolveram ali toda a sua criatividade, com a ajuda das máquinas fotocopadoras. Orientados por monitoras — as professoras de Educação Artística da FAAC, Solange Leão Pelosi, Maira de Araújo Leão e Maria Teresa Martha e Pinho —, as crianças puderam se iniciar na arte eletrográfica. "Propusemos alguns temas, como elementos do corpo humano ou da natureza, que apresentavam diferentes texturas", explica a professora Maira. "Estou tendo idéias uma atrás da outra. Não imaginava que era possível fazer cópias da minha mão ou do meu rosto", surpreendeu-se Robson de Souza Moreira, 14 anos, aluno da 8ª série da Escola Municipal de 1º Grau Prefeito Adhemar de Barros, de São Paulo. Erick Massaoka, 14 anos, aluno da mesma escola, emendou: "Este é o lugar mais interessante da Bienal."

Para Luiz Monforte, o retorno do intenso trabalho de organização do Studio está sendo compensador: "Estamos conseguindo mostrar o nível de qualidade dos trabalhos desenvolvidos dentro da nossa Universidade, quando há apenas, participando, efetivamente, de um dos três mais importantes eventos da arte visual do planeta", diz.

O 1º Studio Internacional de Eletrografia permanece aberto, somente com a exposição de trabalhos, até o final da Bienal, dia 10 de dezembro, das 14 às 22 horas, exceto às segundas-feiras.

Denise Pellegrini Montes

De olho nos caprichos de São Pedro

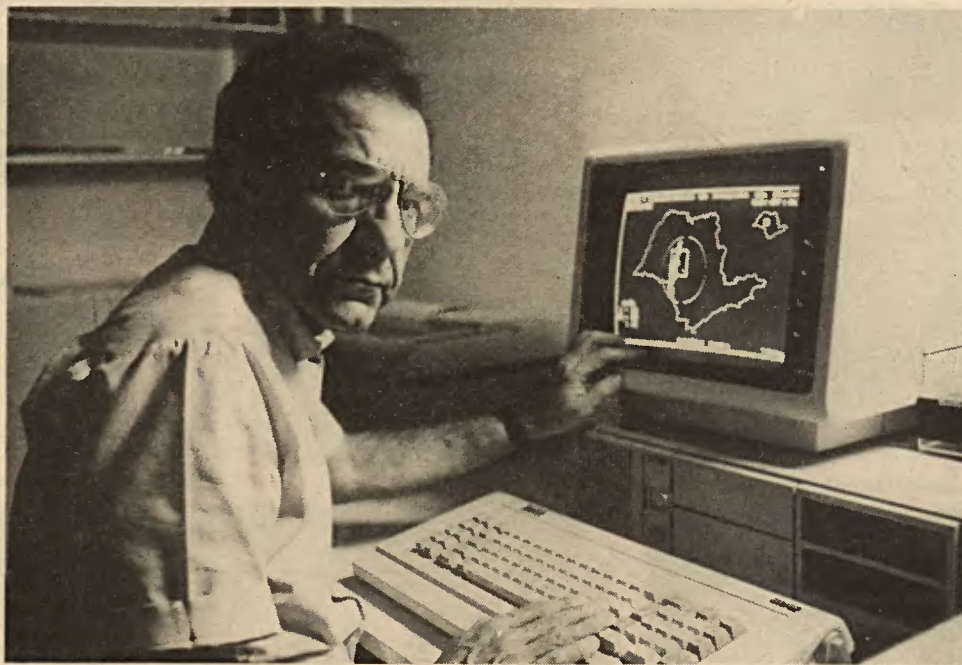
Projeto inédito no país, o CIIAGRO prevê o tempo e orienta os agricultores

Mais do que qualquer outra atividade econômica, a agricultura depende das condições do clima. E, com muita frequência, São Pedro prega alguns sustos em quem depende do plantio e da colheita no campo. O Instituto de Pesquisas Meteorológicas da UNESP (IPEMet), localizado no campus de Bauru, já ajudou muitos agricultores a se programarem contra imprevistos, através das previsões do tempo que vem fornecendo desde a sua fundação, em 1974. Agora, sem dúvida, esse auxílio deverá ser bem maior e beneficiará muito mais gente, graças à recente entrada em funcionamento do Centro Integrado de Informações Agrometeorológicas (CIIAGRO).

“A proposta básica do CIIAGRO é transmitir, para pequenos e médios agricultores do Estado, informações assimiláveis sobre previsão do tempo, além de dados que orientem seu trabalho”, explica Roberto Calheiros, diretor do IPEMet, que organiza as atividades do Centro em colaboração com o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). Originado do trabalho conjunto que as duas entidades iniciaram em 1988, o CIIAGRO foi oficialmente inaugurado no último dia 13 de outubro, com as presenças do governador do Estado, Orestes Quêrcia, do pró-reitor de Graduação da UNESP, Antônio César Perri de Carvalho — que representou o reitor —, além de Calheiros e dirigentes do IAC e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

GEADAS E INCÊNDIOS

Através de boletins semanais, o CIIAGRO pretende fornecer ao homem do campo informações agrometeorológicas — isto é, dados sobre as condições climáticas que afetam as atividades agrícolas. Entre as informações preparadas para os agricultores estão um resumo do que aconteceu com o clima na semana anterior e uma previsão do que poderá ocorrer num período de 24 horas (além das tendências do tempo nas 48 horas subsequentes). Junto com a previsão, são relacionados também números e dados sobre as condições hídricas das lavouras, para, se for o caso, in-



Roberto Calheiros, do CIIAGRO: alertas sobre pragas, geadas ou incêndios

dicar a irrigação necessária. Além disso, a partir do estudo da meteorologia, podem ser feitos alertas sobre a possibilidade de surgimento de pragas e doenças e, em determinadas épocas do ano, riscos de ocorrência de geadas ou incêndios florestais.

Com esse arsenal de dados, o agricultor poderá organizar melhor as atividades de preparo do solo, plantio, aplicação de produtos químicos nas plantações, irrigação, colheita e controle de pragas e doenças. “O Centro pode, por exemplo, aconselhar que o plantio de um produto seja adiado por um certo prazo, por causa da previsão de um período de chuvas intensas”, exemplifica o professor José Antonio Andreatta, assessor técnico do CIIAGRO.

Para saber como anda o tempo em São Paulo, o CIIAGRO conta hoje com dados recolhidos por cerca de vinte estações meteorológicas no Estado e dois radares — um situa-

do no IPEMet de Bauru e outro em Biritiba Mirim. A coleta de informações também inclui imagens de satélite enviadas pelo INPE e previsões feitas pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). Por enquanto, a organização do material colhido é feita no IAC, mas em breve os trabalhos serão centralizados num prédio de 200 m² a ser construído no campus de Bauru. “As verbas para a construção já foram enviadas para a UNESP, e a previsão é de que até o final do ano as obras sejam iniciadas”, afirma Calheiros.

PROJETO INÉDITO

A informática está presente em todo o processo de funcionamento do Centro. Um computador VAX 11/780 centraliza os resultados e informações obtidos pelos técnicos do IPEMet e do IAC. A comunicação entre os dois institutos, aliás, também é informatizada, através da ligação de micros e do computador

central. Um banco de dados recolhe os registros de chuvas feitos pelo radar meteorológico de Bauru, assim como as previsões do Inmet sobre a situação climática na América do Sul. As previsões publicadas no boletim são geradas a partir de programas (softwares) apropriados. Esses programas possuem modelos matemáticos adequados a cada lavoura: por exemplo, a cana-de-açúcar e o feijão têm reações diferentes para os vários fenômenos meteorológicos e, por isso, exigem cálculos diferenciados para que os técnicos analisem sua situação.

“O CIIAGRO é um projeto inédito no Brasil”, enfatiza Andreatta, lembrando que no setor agrometeorológico do país existem apenas alguns centros de alerta fitossanitário, que são destinados ao combate de pragas e doenças. “Se conseguirmos montar uma boa rede de distribuição de informações, nossa agricultura vai poder se igualar à dos países mais avançados do mundo”, prevê ele.

Atualmente, a atuação do Centro ainda é restrita. Suas informações são enviadas a algumas redes de televisão, jornais da região de Campinas e Coordenadorias de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. No entanto, seu objetivo é atingir, no prazo de poucos anos, agricultores de todo o Estado, de forma intensiva. Para isso, segundo Calheiros, será necessário divulgar as atividades do CIIAGRO, a fim de que os órgãos de rádio e televisão utilizem o seu valioso material. Na sua opinião, também deverá ser formada uma equipe com profissionais como jornalistas, “que adaptariam as informações para uma linguagem acessível a qualquer pessoa”.

Outra proposta do projeto envolve a participação de todos os campi que tenham unidades voltadas para a área de Ciências Agrárias. Atualmente, o campus de Ilha Solteira já recebe dados do Centro, que são utilizados para organizar atividades de irrigação junto a agricultores locais. No futuro, a meta é integrar também as atividades de extensão no setor agrário realizadas em Botucatu, Jaboticabal e Rio Claro.

André Louzas

NÚCLEOS DE ENSINO

Seis campus traçam planos de trabalho para 1990

Universidade se une à rede de 1º e 2º graus em busca da melhoria da educação

O próximo ano promete ser bastante compensador para os integrantes dos Núcleos de Ensino da UNESP. Em 1990, terão início diversos projetos visando à melhoria do ensino na rede pública estadual de primeiro e segundo graus, elaborados a partir de um amplo levantamento iniciado em agosto de 1988 em escolas de Araraquara, Botucatu, Franca, Jaboticabal, Rio Claro e São Paulo.

Os Núcleos de Ensino da UNESP foram idealizados há três anos, com o objetivo de atuar junto às escolas de primeiro e segundo graus numa relação de igualdade e de troca de experiências úteis a ambas as partes. Os seis núcleos agrupam docentes de diversos departamentos e unidades. “Um dos pontos interessantes do trabalho é ser supradepartamental e multidisciplinar”, relata Ivan Russeff, membro da coordenação geral dos núcleos.

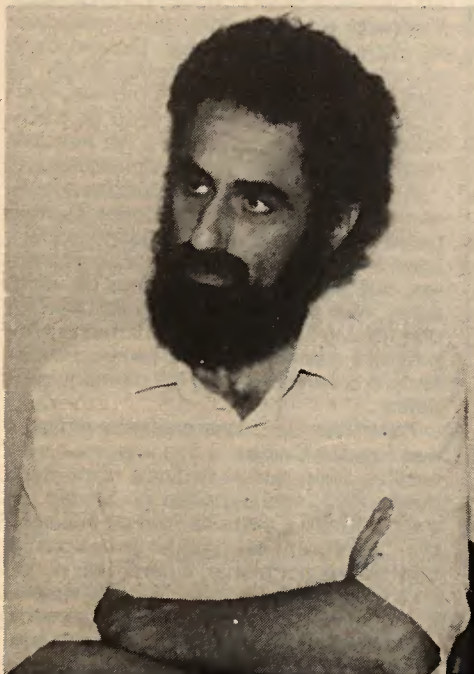
Para Ivan, a participação da Universidade no processo de discussão da crise em que está

inserido o ensino público é extremamente salutar. “A UNESP não se considera alheia ao problema. Como o terceiro grau, ela se vê integrante de um conjunto de graus falidos”, concorda Fernando Casadei Salles, também integrante da coordenação. O papel da Universidade nesse processo, segundo eles, percorre um caminho de duas mãos, já que ela é quem forma os professores que vão lecionar na rede e também quem recebe os alunos mal preparados por essas mesmas escolas. “A Universidade tem que rever suas licenciaturas, ver que tipo de professores está formando”, sustenta Ivan.

De acordo com os coordenadores, já que não é da alçada da Universidade deliberar sobre os graus que a precedem, cabe a ela realizar um trabalho de base junto aos professores para que eles, organizados e conscientizados da importância de seu trabalho, saibam aprimorar suas atividades. “A UNESP quer desenvolver projetos que intervenham, efetivamente, no ensino em sala de aula, com a melhor formação dos professores e a reformulação dos métodos de ensino e da grade curricular”, explica Fernando.

SEMINÁRIOS

Estarão realizando seminários para a expo-



Ivan Russeff: revendo licenciaturas

sição de resultados das pesquisas e discussão de projetos para 1990, durante o mês de novembro, os núcleos de São Paulo (dia 9) e o de Araraquara (dia 22). Na primeira quinzena de dezembro, será a vez dos núcleos de Botucatu e Rio Claro. Nessas reuniões, serão discutidos com os professores da rede, coordenadores e monitores de delegacias de ensino, questões como o ciclo básico e sua relação com a pré-escola e as séries que o seguem, a integração de disciplinas como educação física e educação artística no ciclo básico e o ensino de ciências como complementação no processo de alfabetização, entre outros temas.

Visando avaliar e aprimorar todo o processo realizado, desde as pesquisas até a interpretação dos dados, os núcleos realizaram, no dia 13 de outubro último, no auditório da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, um seminário reunindo 28 de seus representantes. Para o encontro, foi convidada a educadora da USP, professora Lissandre Castelo Branco, que fez uma análise do trabalho desenvolvido até agora. Segundo os coordenadores, a avaliação, além de isenta, foi muito positiva e estimuladora para a continuidade das atividades.

Produção científica é a palavra de ordem

Com 407 projetos financiados em dois anos, a FCAV se coloca entre as primeiras do país

A produtividade científica é a grande marca da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) do campus de Jaboticabal. Criada em junho de 1964, a então Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia, um dos institutos isolados do sistema estadual de ensino superior, foi inaugurada em maio de 1966. Dez anos depois, a unidade recebeu a denominação atual e passou a integrar a UNESP. Desde o primeiro vestibular para o curso de Agronomia, já se formaram lá 1.428 alunos. De 1971 até 1988, mais 777 formandos em Medicina Veterinária e 508 em Zootecnia foram absorvidos pelo mercado de trabalho. Isso sem contar os cerca de cinquenta técnicos formados anualmente na Escola Estadual de 2º Grau Agrícola José Bonifácio, que têm emprego garantido nas fazendas da região.

Atualmente, com os três cursos de graduação e dois de pós-graduação — em Agronomia e Zootecnia (veja quadro) — a FCAV soma 1.800 trabalhos de graduação e mais de 160 dissertações de mestrado e sete teses de doutorado. "Nossa produtividade científica está entre as primeiras do país", avalia o diretor da unidade, Joji Ariki. "Conseguimos em 1987 e 1988, financiar 407 projetos com recursos externos da ordem de US\$ 2.250 mil."

PROJETO CITROS

Entre os projetos desenvolvidos pela Faculdade, pode ser citado o Projeto Citros, iniciado há seis anos na Estação Experimental de Bebedouro, através de um "pool" envolvendo a Universidade, a Secretaria de Agricultura, a Cooper Citrus



FCAV: pesquisa e serviços de extensão à

— Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo —, Frutesp, Fundecitrus — Fundo Paulista da Defesa da Citricultura — e a Prefeitura local, que doou o terreno de 70 hectares. A UNESP coube entrar com o pessoal — dez docentes dos Departamentos de Horticultura, de Solos e Adubos e de Entomologia e Nematologia. "São 25 experimentos plantados, que significam 4.000 plantas de citros", explica o professor Luiz Carlos Donadio, coordenador do projeto.

Dos 842 hectares em que está instalada a FCAV, a Fazenda de Ensino e Pesquisa ocupa uma área de 360 hectares. "Temos sessenta variedades de mangas selecionadas aqui", comenta Donadio. "Há mais de 100 espécies frutíferas, incluindo vinte variedades de laranjas, goiabas, uvas e caquis, além de uma coleção de frutas da Amazônia."

Na Fazenda, existe também uma

área destinada ao plantio de cereais. "No ano passado, produzimos 12.000 sacas de grãos, entre arroz, feijão, amendoim, soja e milho", recorda o diretor Joji Ariki. Quanto aos animais, além de espécies silvestres, como perdizes, pacas, veados e emas, a fazenda conta com 6.000 aves, 300 suínos, 200 ovinos, sessenta eqüinos, 180 bovinos de corte e 100 de leite. "A granja leiteira produz cerca de 500 litros de leite tipo A por dia", informa Joji. "E temos também os peixes, camarões de água doce, abelhas e bichos-da-seda, destinados ao ensino e à pesquisa."

Sob a coordenação do professor Robison Pitelli, do Departamento de Biologia aplicada à Agropecuária, vêm sendo desenvolvidos estudos sobre plantas daninhas. Pitelli, que estuda o assunto há 20 anos, pesquisa a dinâmica das comunidades de plantas invasoras, em várias



Joji Ariki, o diretor

culturas, quando submetidas a diferentes situações de controle, visando aumentar a competitividade da cultura, ao mesmo tempo em que diminui a quantidade de herbicida. "As plantas daninhas que não morrem com os tratamentos comuns — herbicidas e cultivo mecânico —, passam a desenvolver grandes populações", explica o professor. Um dos projetos que está sendo desenvolvido há um ano pelo professor Pitelli envolve o estudo da dinâmica de populações de plantas invasoras, como o picão preto, a tiririca e o amendoim bravo na cultura da soja. Pitelli desenvolve ainda um projeto de controle do aguapé na Represa Billings, em convênio com a CETESB e a Eletropaulo. "O objetivo do trabalho é estudar a reprodução do aguapé, seus inimigos naturais e técnicas de controle, para

Fotos Lilo Claretto

que se consiga manter a espécie em um nível que não prejudique a navegação, a produção de energia e a oxigenação de água e ainda que impeça a proliferação de pernilongos e caramujos", ele explica.

HOSPITAL VETERINÁRIO

Servindo ao ensino, à pesquisa e à extensão de serviços à comunidade, o Hospital Veterinário da FCAV já atendeu, apenas neste ano, 3.000 animais. Com uma equipe de 28 funcionários e 30 docentes, o Hospital conta diariamente com cerca de sessenta alunos, que começam a frequentar suas dependências a partir do quinto semestre. Abrigando os Departamentos de Clínica e Cirurgia Veterinária e de Reprodução Animal, o Hospital realiza um atendimento de "alto nível", segundo seu supervisor, Mário Roberto Hatayde.

Em ortopedia, o Hospital vem prestando um atendimento diferenciado, através do tratamento de fraturas em cães e eqüinos. "Agora já não é regra sacrificar um cavalo que quebra uma das pernas", comemora o professor Hatayde.

A Faculdade tem um papel importante no atendimento a pecuaristas e agricultores da região e de outros Estados, participando, inclusive, do programa "Banespa vai ao campo". Envolvendo atualmente doze docentes, o programa prevê aulas teóricas e práticas visando repassar aos agricultores e produtores do Estado a tecnologia desenvolvida na Universidade.

Denise Pellegrini Montes

Peixes e pragas, nas pesquisas de ponta

O Centro de Manejo Integrado de Pragas (CEMIP) e o Centro de Aquicultura são dois núcleos que desenvolvem pesquisas de ponta da Universidade. O CEMIP, criado em 1986 e transformado em unidade auxiliar em abril deste ano, pretende controlar as pragas da lavoura, tendo como meta principal reduzir ao máximo o uso de agrotóxicos. "Para atingir esse objetivo, procuramos utilizar insetos ou ácaros que, ao invés de atacarem a planta, atacam a praga que nela se instalou", diz Santin Gravena, coordenador do CEMIP.

A primeira cultura em que o CEMIP atuou foi a do algodão, cujas pesquisas se iniciaram em 1979. Mas a cultura que utiliza o sistema em maior quantidade é a de citros, onde a porcentagem de redução de agrotóxicos é de 50%. A cultura do tomate também apresenta bons resultados, com reduções da ordem de 60% e 70% no uso de agrotóxicos.

O atendimento do Centro atinge, de forma direta, 100 produtores da região de Jaboticabal, num raio de 40 quilômetros. "Indiretamente, o Centro atende a uma outra grande parcela da comunidade, através do treinamento de agrônomos e técnicos ligados à Secretaria de Agricultura ou a produtores de várias regiões do país", informa Gravena.

CENTRO DE AQUICULTURA

O Centro de Aquicultura, criado em 1987, com sede em Jaboticabal, reúne pesquisas multidisciplinares e multicampus abordando aspectos como a fisiologia e reprodução, alimentação e



Aquicultura: melhoramento genético. E Gravena, do CEMIP

nutrição, manejo e tecnologia, e genética e melhoramento de peixes, somando 28 projetos. Com desdobramentos em Botucatu, Rio Claro e São José do Rio Preto, o Centro presta serviços à comunidade através da orientação a produtores e treinamento de técnicos capazes de operar piscigranjas. "São atendidos aqui, pessoalmente ou por telefone, cerca de quinze produtores por dia, de vários Estados do país", diz Maria Lúcia Gonçalves Pinto, técnica especializada do Centro.

O objetivo primordial do Centro é a realização de pesquisas com organismos aquáticos de água doce. "Nossa meta é desenvolver tecnologia de cultivo de organismos aquáticos, visando repassá-las aos produtores", resume Newton Castagnolli, coordenador do Centro. Um dos trabalhos desenvolvi-

dos pelos pesquisadores resultou no tambacu, um híbrido originado do cruzamento do tambaqui com o pacu. "Estamos, com isso, tentando conseguir um peixe que resista a águas frias e que ganhe peso rapidamente", explica Lúcia. Na área de nutrição, o Centro desenvolve também um amplo trabalho. "A UNESP é a única universidade que tem unidades trabalhando com a nutrição de peixes", afirma Dalton José Carneiro, professor do Departamento de Produção Animal.

O trabalho do Centro de Aquicultura tem conseguido desdobramentos importantes. "Já está em estudo, na Reitoria, o projeto que prevê a criação, em agosto próximo, do curso de pós-graduação em "Aquicultura e Biologia de Peixes Aquáticos", informa Newton.

Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias

FUNÇÃO	NÚMERO TOTAL	628
--------	--------------	-----

GRADUAÇÃO

CURSOS	Nº DE ALUNOS
Agronomia	436
Medicina Veterinária	201
Zootecnia	221
TOTAL	858

PÓS-GRADUAÇÃO

CURSOS	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	NÍVEL/ALUNOS		TOTAL
		M	D	
Agronomia	Produção Vegetal	38	26	64
	Melhoramento Genético Vegetal	20	—	20
	Entomologia Agrícola	8	—	8
Zootecnia	Produção e Tecnologia de Sementes	—	—	—
	Produção Animal	21	19	40
	Melhoramento Genético Animal	12	—	12
TOTAL		99	45	144

ESTRUTURAS DEPARTAMENTAIS

DEPARTAMENTOS	
Biologia Aplicada à Agropecuária	Melhoramento Genético Animal
Ciências Exatas	Nutrição Animal e Pastagem
Clínica e Cirurgia Veterinária	Morfologia e Fisiologia Animal
Defesa Fitossanitária	Microbiologia
Economia Rural	Patologia Veterinária
Engenharia Rural	Reprodução Animal
Entomologia e Nematologia	Solos e Adubos
Fitotecnia	Tecnologia
Horticultura	Zootecnia de Não Ruminantes
Medicina Veterinária Preventiva	Zootecnia de Ruminantes e Animais de Ceco Funcional

DOCENTES

REGIME DE TRABALHO	Nº DE DOCENTES
RDIDP	254
RTC	3
RTP	2
TOTAL	259

Campus de Jaboticabal — Rodovia Carlos Tonanni, Km 5
CEP 14870 — Jaboticabal — SP — FONE: (0163) 22-4000

Na próxima edição, o perfil da Faculdade de Filosofia e Ciências do campus de Marília

CONGRESSO I

Primeiros passos rumo à pesquisa

O sucesso do I Congresso de Bolsistas de Iniciação Científica

Contando com a presença de mais de 570 participantes, foi realizado, durante os dias 29, 30 e 31 de outubro último, o I Congresso de Bolsistas de Iniciação Científica, no campus de Araraquara, com a promoção da Pró-Reitoria de Graduação da UNESP. Com o objetivo de incentivar e promover o contato entre alunos que estão se iniciando como pesquisadores e fornecer a eles conhecimentos sobre a política dos órgãos de financiamento de bolsas de graduação, o evento contou com as presenças de Ennio Candotti, presidente da SBPC, Carminda da Cruz Landim, diretora de Fomento da Fundunesp, Ângela Santana, coordenadora de Bolsas da CAPES, Flávio Fava de Moraes, diretor científico da FAPESP, e Felizardo Penalba da Silva, representando o presidente do CNPq, Crodwaldo Pavan.

"Dos 254 trabalhos inscritos — 102 de ciências humanas, 98 de ciências biológicas e 54 de ciências exatas —, 90% foram apresentados com um nível muito bom, até mesmo acima do esperado", avalia a professora Dêrtia Freire-Maia, coordenadora do evento. Segundo ela, o congresso foi de extrema importância, tanto para a Universidade como para os alunos. "Em uma universidade, espera-se que haja desenvolvimento científico e tecnológico. E os alunos que se iniciam na pesquisa, já na graduação, terão uma boa base para o progresso como futuros pesquisadores", argumenta.



O saldo do evento: 570 participantes e 254 trabalhos inscritos

Atestando o sucesso deste I Congresso de Bolsistas de Iniciação Científica, já estão em andamento os preparativos para a segunda versão do evento, que deverá ser realizada no campus de Botucatu, em data ainda a ser definida.

CONGRESSO II

A toxicologia, em palestras e debates

Mais de oitocentos estudantes e especialistas de todo o país, além de 32 pesquisadores estrangeiros, reuniram-se em São Paulo, entre os últimos dias 21 e 26 de outubro, para a realização do VI Congresso Brasileiro de Toxicologia. Organizado pela Sociedade Brasileira de Toxicologia e co-patrocinado pelo Instituto de Biociências de Botucatu, os resultados do encontro superaram em muito as expectativas dos organizadores. "O que vimos nesses seis dias foi uma intensa troca de informações e experiências valiosas entre cientistas de várias partes do mundo", descreve o toxicologista clínico Anthony Wong, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Toxicologia e coordenador do evento.

Para Wong, o sucesso do encontro pode ser medido pelo elevado nível dos participantes e pela grande adesão dos convidados internacionais: "Dos 34 cientistas contatados, apenas dois não puderam comparecer", afirma. Entre os especialistas internacionais, estiveram presentes Frederick Di Carlo, presidente da Federação Mundial dos Centros de Intoxicação, dos Estados Unidos, e Lewis

Goldfrank, chefe de Medicina de Urgência da Universidade de Nova York, entre outros vindos do Canadá, Itália, França, Argentina, México, Inglaterra e Chile. "Um time de primeira", resume Wong.

No VI Congresso Brasileiro de Toxicologia foram abordados temas na área de toxicologia analítica, toxicologia clínica, toxicologia experimental e toxicologia ambiental. Simultaneamente, aconteceram conferências, simpósios e mesas-redondas. Os cursos pré-congressos — uma novidade introduzida neste sexto encontro — foram muito concorridos e trataram de 17 diferentes assuntos. Outra novidade foi a simultaneidade dos eventos. "Em outros congressos, as pessoas se reuniam em uma sala para discutir temas únicos, o que nem sempre atendia a todas as expectativas", explica o professor Igor Vassiliev, coordenador da Área de Toxicologia do Departamento de Farmacologia do Instituto de Biociências da Unesp de Botucatu e vice-presidente da Comissão Organizadora do evento.

Além de seu trabalho como coordenador,

Igor Vassiliev ministrou o curso "Orientação terapêutica na intoxicação crônica" e, junto com David McBain, da Suíça, falou sobre "Bancos de dados do IRPTC (RISQPT): presente e futuro". Vassiliev participou ainda de uma mesa-redonda sobre o tema "Tratamento clínico das intoxicações: novos antidotos", com pesquisadores da Argentina, Uruguai e Estados Unidos. Também da UNESP (IQ-Araraquara), o professor Paulo Eduardo Salgado deu consultoria científica, ministrou o curso "Monitorização biológica da exposição ocupacional a metais" e secretariou o simpósio que debateu o tema "Limites da exposição ocupacional: evolução e adaptações". O professor Lourival Larini, do IQ-Araraquara, Departamento de Princípios Ativos, Naturais e Toxicologia, apresentou trabalho na área de toxicologia ocupacional. Ione Lemonica, do Departamento de Farmacologia da Unesp de Botucatu, secretariou o simpósio "Mecanismos de ação tóxica de substâncias químicas", apresentando também um trabalho na área de toxicologia experimental.

AGENDA

ARAÇATUBA

- 30/11 a 2/12. "2º Encontro de Odontopediatria de Araçatuba". Promoção do Departamento de Clínica Infantil.
- 16 e 17/12. Cinema: "Alemanha mãe pádua". Promoção da Associação dos Servidores do campus de Araçatuba.

BAURU

- 3 a 9/12. "1 Expo UNESP". Promoção da Reitoria, CAC e Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários.

BOTUCATU

- 4/12. Música erudita, no IB: Grupo Trombone do IA. Promoção da Comissão Setorial Cultural.
- 18/12. Apresentação de corais de Botucatu, no IB. Promoção da Comissão Setorial Cultural.

MARÍLIA

- 15/12. Musical: "Grupo Voz da Raça". Promoção da ASUNESP e Biblioteca Central.

SEMINÁRIO

A engenharia e suas múltiplas aplicações

De 20 a 23 de novembro será realizado, na Faculdade de Engenharia (FE) do campus de Guaratinguetá, o X Seminário ADUNESP — Guaratinguetá, neste ano abordando o tema "Engenharia e suas Aplicações". O evento, que tem o objetivo de funcionar como um canal de divulgação de pesquisas realizadas em universidades de todo o país e até mesmo do exterior, contará com mais de oitenta trabalhos selecionados por uma comissão interuniversitária.

Entre profissionais da área, cientistas e estudantes, estão sendo esperados trezentos participantes para o seminário, que será organizado em sessões técnicas, divididas pelas áreas de mecânica, elétrica, produção, civil, materiais, energia e ciências básicas. As inscrições podem ser feitas na FEG, até o início do evento. Maiores informações com a comissão organizadora, telefone (0125) 22-2800, ramal 58.

SIMPÓSIO

A microbiologia do solo em questão

Entre 28 de novembro e 1º de dezembro será realizado, no Centro de Convenções da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) do campus de Jaboticabal, o I Simpósio Brasileiro sobre Microbiologia do Solo, com a promoção do Departamento de Microbiologia da FCAV, Sociedade Brasileira de Microbiologia e Fundação de Estudos e Pesquisas em Agronomia - Medicina Veterinária - Zootecnia (FUNEP).

Com o objetivo de discutir temas como "Transformações microbianas de compostos nitrogenados no solo", "O enxofre e suas transformações microbianas", "A qualificação de microorganismos no solo" e "O efeito de biocidas no solo", o evento contará com cerca de 25 expositores e 200 participantes de todo o Brasil.

Os temas serão apresentados em forma de palestras, seguidas de mesas-redondas e debates. As inscrições podem ser feitas até o início do simpósio, junto à secretaria executiva. A taxa varia entre 25 e 50 BTN's. Maiores informações pelo telefone (0163) 22-4000, ramal 225.

WORKSHOP

A importância da bioclimatologia

Ocupando-se primordialmente do relacionamento entre animais e meio ambiente, a bioclimatologia vem assumindo um papel cada vez mais importante no contexto da Zootecnia. Examinando questões como o desempenho fisiológico e produtivo, o desenvolvimento de novas técnicas de manejo e a alimentação e construção de instalações mais adequadas a diferentes tipos de ambientes, a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV), campus de Jaboticabal, promoveu, entre os últimos dias 8 e 10, o II Workshop Brasileiro de Climatologia.

Na ocasião, foram proferidas palestras em torno de temas como "Microclimas e sua importância biológica", pelo professor Romisio Geraldo André (FCAV), e "Caracterização

climática do Brasil", pelo professor Jesus Marden dos Santos (INPE), além da conferência "Bioclimatologia e instalações Zootécnicas: aspectos teóricos e aplicados", pelo professor Le Roy Hahn, do U.S. Meat Animal Research Center, de Nebraska, Estados Unidos. Participaram ainda do evento os professores Roberto Gomes da Silva e Matheus Paranhos Costa (organizadores) e a doutora Irenilza de Alencar Naas (Unicamp), como debatedora.

De acordo com os organizadores, o II Workshop Brasileiro de Climatologia atingiu plenamente seus objetivos, "ao proporcionar contatos dos técnicos, entidades e demais interessados, com novas técnicas e, principalmente, com os novos meios e equipamentos."

Aqui, tudo sobre pesquisas veterinárias

O campus da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal sediará, nos próximos dias 22 e 23 de novembro, o 13º Encontro de Pesquisas Veterinárias.

Serão ministradas, na ocasião, as palestras "Modelos Experimentais: importância nas pesquisas biológicas" e "Fauna silvestre: papel da pesquisa sobre a sua preservação no Brasil". Ambas as palestras serão seguidas de debates e mesas-redondas.

É função do Estado habilitar o recém-formado

NILO ODÁLIA

No editorial *Universidade: profissão e cidadania*, publicado no número de agosto do *Jornal da UNESP*, defende-se a posição que para a melhoria dos profissionais formados pelas universidades, ou pelos institutos isolados de ensino superior, deveria haver uma qualificação dessas instituições, de maneira a estabelecer uma diferenciação entre seus diplomados.

Creio que a intenção do editorial — abrir um debate sobre o sério problema da qualificação profissional dos egressos dos cursos superiores brasileiros — é oportuna, pois, a partir da década de 70, com a desbragada proliferação dos cursos superiores, temos assistido a um vergonhoso rebaixamento dos padrões profissionais de carreiras. É necessário ressaltar-se que o problema não atinge tão somente as chamadas grandes carreiras — medicina, engenharia, direito — mas, infelizmente, todas as outras, com especial ênfase nas carreiras ligadas às ciências humanas. A obrigatoriedade dos exames da Ordem dos Advogados para os formandos em direito foi, se não me engano, a primeira medida concreta, visando melhorar a qualidade dos profissionais da advocacia. Não foi a inovação, porém, seguida

por nenhuma outra ordem ou conselho profissional; ao contrário, muitas delas quase que se transformaram em defensoras intransigentes da incompetência profissional. Elas perderam a confiança do público por se transformarem em corporações cujo objetivo fundamental é a preservação de direitos adquiridos de seus membros.

Se pretendemos dar um basta enérgico e competente ao estado atual da formação de profissionais, não é suficiente que estabeleçamos distinção entre os níveis de excelência dos estabelecimentos de ensino encarregados. É um equívoco pensar-se que isso preservará as universidades públicas e nem podemos acreditar que elas sejam as depositárias da competência nacional. A realidade educacional brasileira mostra com clareza que os defeitos que encontramos na universidade privada se reproduzem na universidade pública, pois esta não é apenas representada pela USP, UNICAMP, UNESP e uma ou outra federal. E mesmo nas grandes universidades públicas paulistas o nível de ensino não é homogêneo, tendo, nestes últimos vinte anos, decaído de maneira lamentável. Quero deixar claro que, se a formação de um bom profissional depende da escola, que deve preocupar-se em dar ao estudante uma formação básica sólida, depende também muito de



Marcos Marques

portância. Contudo, se o *Dottore* desejar exercer as atribuições inerentes às carreiras de medicina, engenharia, letras etc., deverá comprovar sua *competência* em exame público, realizado sob a responsabilidade do Estado.

Não advogo, para o Brasil, solução similar. Acredito, porém, que uma solução intermediária seria possível, evitando-se a formação de cidadãos e profissionais de 1ª, 2ª e 3ª classes, o que fatalmente ocorreria se se adotasse a proposta de se escalonarem os institutos de ensino por graus de excelência. A solução seria a de o Estado conservar o monopólio do direito de habilitar profissionalmente o recém-formado — e não as entidades particulares, por mais respeitáveis que o sejam. As universidades públicas deveriam ser o instrumento desse monopólio, pois nelas seriam realizados os exames e a elas caberia expedir o documento de habilitação.

Uma última observação. Quando se discute o problema da escola pública e escola privada, quando se apresenta como solução a possível estatização da rede privada, estamos apenas escamoteando o problema. Uma consulta rápida aos dados estatísticos mostra isso. Possível, neste instante, é lutar-se para que a escola pública e a escola privada apresentem o que é fundamental: qualidade, seriedade e competência.

Nilo Odália é diretor do Centro Brasileiro de Estudos e Formação para o Desenvolvimento-CEBRAEF, da Fundesp.

TESES, DISSERTAÇÕES E CONCURSO

DOCENTES

- **Maria Helena Maestre Gios** (IASP-São Paulo): "Caldeira Filho: Contribuições para a Música Brasileira." **Banca:** José Benedito de Camargo, Clóvis Garcia, Celso Lage e Willy Correa de Oliveira. **Doutorado**, dia 29 de junho, na USP.
- **Sérgio Azevedo de Oliveira** (FELI-Solteira): "Sintonia de pesos em algoritmos para seleção automática de contingências em sistemas de potência." **Banca:** Luiz Jairo Branco Machado, Antônio J. A. Simões Costa, Hans Helmut Zurn e Jorge Mário Campagnolo. **Mestrado**, dia 28 de julho, na UFSC.
- **Gentil Luiz de Faria** (IBILCE-São José do Rio Preto): "Influências inglesas em José Lins do Rego: Thomas Hardy e D. H. Lawrence." **Banca:** Antônio Cândido de Mello e Souza, Paulo Vizioli, Luiz Angélico da Costa, Maria Magali Trindade Gonçalves e Carlos Daghlán. **Livre-docência**, dia 10 de agosto, no IBILCE.
- **Eurovaldo de Oliveira Ferraz** (FCT-Presidente Prudente): "Desenvolvimento de algoritmos computacionais para reconhecimento de cultura agrícola, usando imagens de satélite Landsat." **Banca:** Paulo César Bezerra, Márcio Luiz A. Netto e Gérson Antônio Santarine. **Mestrado**, dia 16 de agosto, na FCE — Unicamp.
- **Ingrid Ani Assmann de Freitas** (FCL-Assis): "A máscara cai — O

- migrante alemão no contexto da obra ammoniana." **Banca:** Mário Mascherpe, Fernando Manuel de Mendonça e Celeste Henriques Marquês Ribeiro de Souza. **Mestrado**, dia 18 de agosto, na FCL.
- **Maria Rita Maselli** (FCT-Presidente Prudente): "Estudo eletromiográfico dos músculos dorsal longo do tórax e iliocostal lombar, durante os movimentos de flexão e extensão dos joelhos em mesa romana plana e inclinada." **Banca:** Armando Mancio, Fausto Bérzin e Romeu Rodrigues de Souza. **Mestrado**, dia 18 de agosto, na Unicamp.
- **Jaime Renato Furquim de Castro** (FO-Araraquara): "Organização e funcionamento da clínica integrada da Faculdade de Odontologia de Araraquara, e os princípios de economia profissional aplicados nesse sistema de ensino." **Banca:** Fabio de Angelis Porto, Luiz Antônio Sampaio, Nemre Adas Saliba, Edy Franceschi Piedade e Vitoriano Truvijo Bijella. **Livre-docência**, dia 23 de agosto, na FO.
- **Marta Bueno de Moraes** (FELI-Solteira): "Estudo teórico de característica elétrica de contato Schottky não íntimo de metal-isolante amorfo e estrutura metal-isolante-metal." **Banca:** Hari Mohan Gupta, Guilherme Leal Ferreira e Rubens de Castro Brito. **Mestrado**, dia 1º de setembro, na USP.

- **Antônio Carlos Simões Pião** (IGCE-Rio Claro): "Análise de modelos lineares em dados de contagens binomiais negativas, usando transformações para normalidade e homocedasticidade ou a própria distribuição." **Banca:** Dilermando Perecin, Décio Barbin e Rubens Alves da Cunha. **Mestrado**, dia 22 de setembro, na USP.
- **Gustavo Luiz Gutierrez** (FCC-Marília): "Autogestão, participação e estrutura organizacional: uma análise crítica da composição formal da empresa média atual." **Banca:** Fernando Prestes Motta, Liliana Segnini, Maria Teresa Leme Fleury, Peter Spink e Wolfgang Schoeps. **Doutorado**, dia 28 de setembro, na FGV.
- ALUNOS**
- **Helena Redigolo** (IQ-Araraquara): "Estabilidade termodinâmica de sistemas binários envolvendo íons metálicos e o 4-metaxibenzalpiruvato, em solução aquosa." **Banca:** Cristo Bladimiro Melios, Maria Encarnacion Vázques Suárez Iha e Massao Ionashiro. **Mestrado**, dia 2 de agosto, no IQ.
- **Herman lark Oberdiek** (FCL-Assis): "A imigração judaico-alemã no norte do Paraná — O caso de Rolândia." **Banca:** Dióres Santos Abreu, Messia Modesto dos Passos e Beatriz Cerqueira Leite. **Mestrado**, dia 18 de agosto, na FCL.
- **Maria Dolis** (IGCE-Rio Claro): "Ensino de cálculo e o processo

- de modelagem". **Banca:** Rodney Carlos Bassanezi, Mário Tourasse Teixeira e Laércio Luiz Vendite. **Mestrado**, dia 22 de agosto, no IGCE.
- **Sérgio Roberto Nobre** (IGCE-Rio Claro): "Aspectos sociais e culturais no desenho curricular da matemática." **Banca:** Ubiratan D'Ambrosio, Luiz Roberto Dante e Márcio D'Olne Campos. **Mestrado**, dia 24 de agosto, no IGCE.
- **Mary Takahashi Del Bianco** (IB-Rio Claro): "Metabolismo respiratório de *Camponotus rufipes* (Fabricius, 1775) (Hymenoptera: Formicidae): Influência de fatores intrínsecos e ambientais." **Banca:** Maria José A. Hebling Beraldo, Marisa Narciso Fernandes e Luiz Carlos Forti. **Mestrado**, dia 31 de agosto, no IB.
- **Ana Catarina Cataneo** (IB-Botucatu): "Efeitos de fontes de nitrogênio (N-Uréia e N-Nítrico) na atividade de Urease (E C 3.5.1.5.), nos níveis de compostos nitrogenados e de carboidratos em feijoeiro (*Phaseolus Vulgaris* L.) cultivar carioca, cultivado em solução nutritiva." **Banca:** Celso Rossi, Luiz Eduardo Gutierrez e José Figueiredo Pedras. **Mestrado**, dia 15 de setembro, no IB.
- **Alberto Augusto Nagel** (IBILCE-São José do Rio Preto): "Componentes do valor adaptativo de mutantes de *Drosophila sturtevantii*." **Banca:** Wladimir João Tadei, Celso Abbade Mou-

- ção e Jehud Bortolozzi. **Mestrado**, dia 20 de setembro no IBILCE.
- **Luiz Augusto Teixeira** (FO-Araraquara): "Transposição da inserção do músculo masséter e seus efeitos na forma e estrutura da compacta óssea da mandíbula do coelho adulto." **Banca:** Miguel Carlos Madeira, Ariovaldo Antônio Martins e Li-Sei Watanabe. **Mestrado**, dia 20 de setembro, na FO.
- **Lúcia Helena Martin Biaggioni** (FCA-Botucatu): "Estudo da translocação de macronutrientes através do cordão estolonífero em mudas de morangueiro (*Fragaria* spp)." **Banca:** Rubens José Pietsch Cunha, Paulo Donato Castellane e João Domingos Rodrigues. **Mestrado**, dia 22 de setembro, na FCA.
- **José Raphael Pardini** (FCA-Botucatu): "Efeitos do ácido giberélico; ácido 3-indol acético e nitrato de potássio na produção do morangueiro (*Fragaria* spp)." **Banca:** Rubens José Pietsch Cunha, Rodolfo Carbonari e João Domingos Rodrigues. **Mestrado**, dia 28 de setembro, na FCA.

CONCURSO

- **Alfrio de Carvalho** (IQ-Araraquara). **Banca:** Rubens Molinari, Wilson Abraão Saad, Antônio Carlos Garros Stort, Milton Accetozzi e Gilberto Luiz Pozetti. Dia 22 de junho, no IQ.



Elogio à razão

Marco bibliográfico do Iluminismo, verdadeiro monumento à Cultura, os dezessete volumes da *Encyclopédie*, de Diderot e D'Alembert, começam a ser publicados pela Editora UNESP

Considerada a peça máxima produzida pelo Iluminismo, a *Encyclopédie*, coordenada e redigida principalmente por Diderot e D'Alembert, pode ser descrita como uma síntese do grande movimento intelectual e filosófico que dominou o século XVIII — o chamado "Século das Luzes". Publicada originalmente em Paris, entre 1751 e 1772, em dezessete volumes, a obra tornou-se um marco da cultura e do pensamento ocidental, influenciando a Revolução Francesa, a Independência dos Estados Unidos e até mesmo a Inconfidência Mineira.

Dessa forma, nada mais oportuno que a iniciativa da Editora UNESP de publicá-la agora, em edição bilingüe e tiragem de três mil exemplares, sob o título *Enciclopédia (Discurso Preliminar e outros textos)*, rompendo com um incompreensível ineditismo de 238 anos. "A edição da *Encyclopédie* será a única homenagem ao Bicentenário da Revolução Francesa preocupada em resgatar um texto original da época", informa o professor José Castilho Marques Neto, editor executivo da Editora UNESP e coordenador do projeto. Para Castilho, no entanto, este lançamento transcende a simples comemoração da data. "A contribuição dos enciclopedistas franceses teve repercussão também no Brasil, inserindo-se na ambientação intelectual que precedeu a nossa Independência e permanecendo como importante referência para o pensamento filosófico e político brasileiro ao longo do século XIX e mesmo do nosso século. Ter acesso a essa obra, portanto, é também conhecer um pouco mais da história das idéias no Brasil", ele considera.

FONTE ORIGINAL

Para enfrentar a inviabilidade da reedição integral da obra, a Editora UNESP formou uma equipe de filósofos, todos conhecedores do texto original, que selecionaram alguns excertos dos dezessete volumes. O grupo, formado pelos professores Roberto Romano (Unicamp), Milton Nascimento, Luiz Fernando Franklin de Matos (USP), José Aluysio de Andrade, Raul Fiker e José Castilho Marques Neto (UNESP), escolheu os seguintes textos: *Discurso Preliminar*, *Observação sobre a divisão das ciências do chanceler Bacon*, *Explicação detalhada do sistema dos conhecimentos humanos* e *Quadro representando o "Sistema figurado dos conhecimentos humanos"*, acompanhados dos anexos *Prospectus* (texto de Diderot que anuncia a *Encyclopédie*), *Artigos do jesuíta Pe. Berthier polemizando com o Prospectus e seu projeto e Carta de Diderot respondendo ao Pe. Berthier*. Somados e reunidos às ilustrações, estes textos totalizam as 300 páginas que compõem o volume.

O mesmo cuidado empregado na formação da equipe foi utilizado na escolha da tradutora, professora Fúlvia Moretto, que ensinou Literatura Francesa por vinte anos na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara e é responsável, entre outras, pelas elogiadíssimas traduções do clássico "Os Devaneios do Caminhante Solitário", de Jean-Jacques Rousseau, e de "As Noites Dificéis", do romancista italiano Dino Buzzati. O projeto gráfico também recebeu tratamento esmerado: a artista gráfica Isabel Carballo concebeu para o livro uma apresentação luxuosa, com ilustrações de algumas das melhores pranchas originais da *Encyclopédie*, tudo em papel couchê e vergê. "O resultado torna possível ao leitor adentrar o mundo da *Encyclopédie* nos seus textos básicos, estimulando-o para leituras mais ambiciosas", acredita o professor Castilho. Com ele concorda Roberto Romano, professor de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, para quem a questão das Luzes está longe de ser encerrada. "À medida que o Iluminismo



Aluysio: instrumento cortante de crítica



Romano: trabalho da maior seriedade



Castilho: sobrevivência da razão



Frontispício da 1ª edição da *Encyclopédie*

O que é Iluminismo

Movimento filosófico correspondente ao século XVIII, o Iluminismo — ou Ilustração — se inicia em 1689, com a *Carta sobre a tolerância*, de Locke, e se encerra em 1781, com a publicação da *Crítica da Razão Pura*, de Kant. Embora o movimento tenha se originado na Inglaterra e se desenvolvido na Alemanha e Holanda, foi na França que acabou se confundindo com o "livre-pensar" de filósofos como Voltaire, Rousseau, D'Alembert, Condorcet e Diderot.

Influenciados pela física de Newton e pelo racionalismo de Descartes, os "ilustrados" privilegiavam a razão em combate às religiões e pregavam a relatividade dos valores, motivados pelos contatos com a cultura chinesa. O marco bibliográfico foi a edição da *Encyclopédie*, a cargo de Diderot. A união razão e progresso, postulada pelo Iluminismo, influenciou os Despotas Esclarecidos, a Revolução Francesa, a Independência dos Estados Unidos e a Inconfidência Mineira, entre inúmeros outros movimentos liberais empreendidos desde então.

Principais colaboradores

ALEMBERT, D' (1717 — 1783): além de um grande número de artigos sobre matemática e física, escreveu o artigo "Colégio", crítica aos métodos de ensino da época, e o artigo "Genebra", que deu origem à "Carta a D'Alembert sobre os espetáculos", de Rousseau.

BARTHEZ (1743 — 1786): medicina
BOUCHER, D'ARGIS (1708 — 1791): direito
BROSSES, DE (1709 — 1777): crítica literária
DAUBENTON (1716 — 1799): história natural
DIDEROT (1713 — 1748): escreveu mais de mil artigos sobre artes, história da filosofia, moral, estética etc.

DUMARSAIS (1707 — 1756): especialista em gramática, é elogiado no início do tomo VII da *Encyclopédie*.

HOLBACH, D' (1723 — 1789): química, história natural.

JAUCOURT (1704 — 1779): foi um dos mais ativos colaboradores da *Encyclopédie*, escrevendo artigos sobre filosofia, política, história e ciências físicas e naturais.

MALLET, abade (1713 — 1755): teologia
MONTESQUIEU (1689 — 1755): redigiu o artigo "Gosto". D'Alembert o elogia no volume V.

MORELLET, abade (1727 — 1818): teologia, filosofia.

PRADES, abade de (1720 — 1782): teologia. Com uma brilhante e polêmica tese de doutoramento, defendida na Sorbonne, em 18 de novembro de 1751, o abade de Prades foi acusado de heresia e fugiu para a Holanda, provocando um escândalo que chegou a ameaçar a publicação da *Encyclopédie*.

QUESNAY (1694 — 1774): escreveu os artigos "Arrendatários" e "Grãos" e preparou os textos "Homens" e "Impostos".

ROSSEAU (1712 — 1778): excetuando-se o artigo "Economia Política", a colaboração de Rousseau se limitou a artigos relacionados à música. TURGOT (1727 — 1781): escreveu os artigos "Existência", "Expansividade", "Férias", "Mercados" e "Fundações".

VOLTAIRE (1694 — 1778): redigiu 43 artigos, a maioria relacionada com a crítica literária e a história ("Elegância", "Eloquência", "Espírito", "Imaginação" etc.).

WATELET (1718 — 1780): escreveu "Estampas", "Gravados" e "Impressão".

YVON, abade (1714 — 1791): teologia ("Alma", "Ateu" e "Deus").

é um prelúdio da Modernidade, estamos chegando a ela através de uma fonte original, não a partir de uma interpretação. Ao colocar ao alcance do público essa obra seminal, que o municiará para leituras futuras, a UNESP está fazendo um trabalho da maior seriedade", afirma.

SIMPLIFICAÇÃO DO SABER

Para Roberto Romano, a publicação da *Encyclopédie*, agora, tem múltipla importância, com incontáveis desdobramentos. "Do ponto de vista acadêmico, por exemplo, ela é importante porque nos coloca no interior do debate contemporâneo com absoluta segurança. Não precisamos mais remontar a Habermas, vamos direto à fonte". O professor lembra ainda que foi a partir da publicação da *Encyclopédie* que se começou a abordar idéias complexas de forma compreensível. "Aquele pessoal reinventou, de forma genial, a exposição filosófica, de certa forma inaugurando também o jornalismo moderno, a época da simplificação do saber".

Mas a importância maior da *Encyclopédie*, todos parecem concordar, foi mesmo sua capacidade de conscientização e de incitamento à ação. "Reunindo todo o saber acumulado até então, aqueles filósofos criaram um instrumento cortante de crítica, de combate aos dogmas e ao obscurantismo, ao conjunto de princípios que sustentavam a ordem social,

política e econômica do antigo regime, que tinha a seu favor o manto protetor da Igreja"; defende José Aluysio de Andrade, professor de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Para José Aluysio, a *Enciclopédia* antecipa e constrói uma nova concepção da razão, da vida e da própria felicidade do homem na Terra. "Ela contribuiu para que as pessoas tomassem conhecimento de si mesmas, de suas verdadeiras aspirações, costurando o mundo que este tipo de homem estava desejando", avalia.

Chamando atenção para a contemporaneidade das questões essenciais trabalhadas pelos enciclopedistas, José Castilho conclui: "O núcleo do pensamento iluminista é formado pelo racionalismo, e é justamente em torno das possibilidades de sobrevivência da razão no mundo contemporâneo que se debatem as melhores cabeças das mais diversas áreas científicas."

Paulo Velloso

O lançamento da *Enciclopédia (Discurso Preliminar e outros textos)* será no próximo dia 12 de dezembro, às 20 horas, no Salão Nobre da Biblioteca Municipal de São Paulo "Mário de Andrade" (rua da Consolação, 94). Durante o evento, estará exposto um exemplar completo da primeira edição da *Encyclopédie* original e haverá apresentação do Conjunto de Música Antiga do Instituto de Artes do Planalto, que executará peças musicais da época.